

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

Larissa Pereira Carlini

**ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA ENTRE AS
DEFINIÇÕES DOS TERMOS UTILIZADOS NA NORMA BRASILEIRA
DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E SUA DIMENSÃO APLICADA**

Santa Maria, RS
2019

Larissa Pereira Carlini

**ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA ENTRE AS DEFINIÇÕES DOS
TERMOS UTILIZADOS NA NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO
ARQUIVÍSTICA E SUA DIMENSÃO APLICADA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquivologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Bacharela em Arquivologia**.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Ribas Barbiero

Santa Maria, RS
2019

Larissa Pereira Carlini

**ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA ENTRE AS DEFINIÇÕES DOS
TERMOS UTILIZADOS NA NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO
ARQUIVÍSTICA E SUA DIMENSÃO APLICADA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquivologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Bacharela em Arquivologia**.

Aprovado em 2 de julho de 2019:

Danilo Ribas Barbiero, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Augusto César Luiz Britto, Me. (UFSM)
(Membro)

Sônia Elisabete Constante, Dra. (UFSM)
(Membro)

Santa Maria, RS
2019

*Este trabalho não poderia ter sido desenvolvido sem o amor e apoio incondicional da minha família. Pai e mãe: muito obrigada por proporcionarem meus estudos. Vocês são a minha inspiração diária. Se algum dia eu for metade do que vocês são, ficarei realizada. **Eu amo vocês com todo o meu coração.***

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta pesquisa não poderia ter ocorrido sem o auxílio, a compreensão, a paciência, a dedicação e a empatia de diferentes pessoas. Difícil é agradecer a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso. Entretanto, de forma especial, agradeço:

- Ao prof. Dr. Danilo Ribas Barbiero, por embarcar nesta empreitada, aceitando o desafio de orientar uma pesquisa com uma temática tão pouco explorada e por suas incríveis contribuições que aperfeiçoaram o trabalho ao nível idealizado por mim. Se não fosse pelo senhor (e por seu espírito de cientista), esta pesquisa não existiria. Agradeço, ainda, pela motivação dada para a continuação da pesquisa em nível de pós-graduação;
- À prof. Dr^a. Rosanara Pacheco Urbanetto, pela ajuda e dedicação prestadas no primeiro momento da pesquisa, ou seja, em minha primeira defesa e, assim como o prof. Dr. Danilo Ribas Barbiero, por aceitar o desafio da orientação de uma pesquisa exploratória;
- À banca de professores avaliadores, composta pelo prof. Me. Augusto César Luiz Britto e a prof. Dr^a. Sônia Elisabete Constante, por aceitarem o desafio de avaliarem a pesquisa e por suas contribuições de extrema valia, que vieram aprimorar este trabalho;
- Ao arquivista Richard Pearce-Moses, autor da obra *A Glossary of Archival and Records Terminology*, por responder de forma sucinta dúvidas a respeito da terminologia arquivística adotada nos Estados Unidos da América;
- À Dr^a. Ana Amélia Furtado de Oliveira, por contribuir tão fundamentalmente à pesquisa ao sanar dúvidas a respeito da Terminologia e do trabalho terminológico;
- Às amigas Vitória Soares Cereta, Gabriele Amaro de Oliveira e Mirella Joels por toda a assistência prestada durante as idas à Santa Maria, para as orientações do TCC. Tal gesto ficará guardado sempre em meu coração assim como vocês;
- Aos amigos que, mesmo em uma rede social como o *Facebook*, se propuseram a debater a respeito do surgimento da linguística. São eles (em ordem de colaboração): Ana Paula Sarzi Ledur, Henrique Brito, Gabriel Salinet Rodrigues, Gabriel Alexander Wojahn, Willian Siqueira e Elisa Isabel Schaffel. Nessa mesma discussão, o papel da amiga Heloisa Ruschel Bortolini foi vital, apresentando-me o conceito de “revolução cognitiva” – tão importante para história da linguagem;
- À Alice Lopes, pela ajuda relacionada a metodologia da pesquisa terminológica;

- À amiga Giovana Furlan Maroski, por sua disponibilidade (justamente em um final de semestre!) ao procurar alguns livros sobre Terminologia nas bibliotecas da UFRGS, visto a inexistência do material em Santa Maria;
- Às pessoas que, em decorrência da turbulência vivenciada em 2018, demonstraram grande sensibilidade, empatia e paciência com a situação, sendo: as tias Marilei Saldanha Pereira Vieira e Sirley Saldanha Pereira (Mari e Sirla, carinhosamente) e a prima Yohana Pereira Vieira, motivando-me sempre que possível, inclusive por orações; a amiga e colega do curso de Arquivologia Anelise Rempel, por escutar meus desabafos; a prof. Dr^a. Cláudia Bomfá, por compadecer-se frente à situação; e o prof. Me. Rafael Chaves Ferreira, por demonstrar empatia, quando, ao perceber momentos de tristeza manifestados por mim durante as aulas, perguntava como eu me sentia.

“Nós não sabemos se eles entendem a diferença entre uma arma e uma ferramenta. Nossa língua, como nossa cultura, é confusa, e às vezes, pode ser os dois”

(Arrival/A Chegada, 2016)¹

¹ “We don’t know if they understand the difference between a weapon and a tool. Our language, like our culture, is messy, and sometimes, one can be both”.

RESUMO

ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA ENTRE AS DEFINIÇÕES DOS TERMOS UTILIZADOS NA NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E SUA DIMENSÃO APLICADA

AUTORA: Larissa Pereira Carlini
ORIENTADOR: Danilo Ribas Barbiero

O Trabalho de Conclusão de Curso possui como objetivo investigar as características das relações de equivalência envolvendo as definições dos termos do glossário da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) e a sua dimensão aplicada. As abordagens iniciais apresentam, brevemente, o domínio de especialidade: a descrição arquivística. Compreende, também, algumas definições sobre Terminologia, apresentando a evolução teórica da área e algumas questões pertinentes à equivalência entre termos de uma área técnica ou científica em uma perspectiva monolíngue. A pesquisa, quanto à finalidade, configura-se como uma pesquisa básica do tipo descritiva; quanto a origem de dados, utiliza-se de fontes documentais, sendo a principal destas a norma de descrição já mencionada; quanto à natureza, configura-se como uma pesquisa qualitativa; também pode-se caracterizá-la como um estudo exploratório, visto a escassez de pesquisas sobre o tema. Ademais, a pesquisa, por tratar os termos pertencentes à Arquivologia com uma metodologia estabelecida pela Terminologia caracteriza-se como um trabalho interdisciplinar. A coleta de dados foi realizada com o auxílio de uma ficha terminológica elaborada por Cabré Castellví (1999) e adaptada às necessidades da pesquisa. A análise das relações de equivalência foi feita sob a ótica da Teoria Comunicativa da Terminologia. Como resultado, a análise captou a inabilidade do glossário presente na NOBRADE de transmitir os significados e definições dos termos em seu uso real. A contribuição desta pesquisa à comunidade científica reside na disponibilização aos arquivistas e tradutores uma ferramenta que contribua, mesmo que de forma experimental, com seu ofício, visto a crescente internacionalização do conhecimento científico.

Palavras-chave: Arquivologia. Terminologia. Glossário. Norma Brasileira de Descrição Arquivística.

ABSTRACT

STUDY ON THE EQUIVALENCE OF THE TERMS USED IN THE BRAZILIAN STANDARD OF ARCHIVAL DESCRIPTION AND THE DESCRIBING ARCHIVES: A CONTENT STANDARD

AUTHOR: Larissa Pereira Carlini
ADVISOR: Danilo Ribas Barbiero

The aim is to establish a comparative analysis between the terms used in the Brazilian Standard of Archival Description – NOBRADE – and the terms used in the Describing Archives: a Content Standard – DACS. The initial approaches show some contextualizations regarding the archival description in Brazil and in the United States. It also includes some definitions about Terminology, presenting the theoretical evolution of the area and questions pertinent to the equivalence between terms of a technical or scientific area in different languages. The research, regarding the purpose, is configured as a basic research of the descriptive type; as for the data source, documentary sources are used, these being the norms of description previously mentioned; in terms of nature, it is configured as a qualitative research of transverse temporality, the field of application being the field research; it can also be characterized as an exploratory study, given the scarcity of research concerning the theme. The data gathering was done with the help of a terminology card, the terms being stored in database software. The comparative analysis was made under the precepts established by the Communicative Theory of Terminology, using as method the representations of equivalence proposed by Felber (1987). As a result, the comparative analysis captured the possibility of establishing a partial equivalence between the terms present in the Brazilian and North American norms. The contribution of this research to the scientific community is to provide archivists and translators with a tool that contributes, even experimentally, to their craft, given the increasing internationalization of scientific areas.

Keywords: Archivology. Terminology. Glossary. Brazilian Standard of Archival Description.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ficha terminológica de extração utilizada pelo Serviço de Idiomas da Catalunha, Universidade de Barcelona	47
Tabela 2 – Ficha terminológica de extração de termos	48
Tabela 3 – Ficha terminológica de extração do termo "acervo"	52
Tabela 4 – Ficha terminológica de extração do termo "arquivo"	57
Tabela 5 – Ficha terminológica de extração do termo "autor"	59
Tabela 6 – Ficha terminológica de extração do termo "código de referência"	60
Tabela 7 – Ficha terminológica de extração do termo "coleção"	63
Tabela 8 – Ficha terminológica de extração do termo "coleccionador"	67
Tabela 9 – Ficha terminológica de extração do termo "data-assunto"	67
Tabela 10 – Ficha terminológica de extração do termo "data crônica"	68
Tabela 11 – Ficha terminológica de extração do termo "data de acumulação"	69
Tabela 12 – Ficha terminológica de extração do termo "data de produção"	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Arquivo dos Acadêmicos
ABL	Academia Brasileira de Letras
ADM	Administração
AN	Arquivo Nacional
AN,RIO	Arquivo Nacional, Rio de Janeiro
ARQ	Arquivologia
BN	Biblioteca Nacional
BR	Brasil
CAMDE	Campanha da Mulher Pela Democracia
CCC	Comissão de Censura Cinematográfica
CD	Códices
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CO	Correspondência
CO,EX	Correspondência Expedida
CO,PR	Protocolo
CO,RE	Correspondência Recebida
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CTNDA	Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
DEA	De Angelis
DR	Diretoria
ED	Educação
HQ	Palácio de São Cristóvão e da Quinta da Boa Vista
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
ISAAR (CPF)	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISAD (G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
JF	José Feio
JG	João Goulart
LEG	Governo Legal
MARC	<i>Machine Readable Cataloging</i>
MARC AMC	<i>Machine Readable Cataloging Format for Archival and Manuscripts Control</i>
MGU	Ministério da Guerra
MN	Museu Nacional
MSS	Manuscritos
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PB	Português Brasileiro
P&B	Preto e Branco
RJ	Rio de Janeiro
RPi	Roquette-Pinto
Subst. fem.	Substantivo Feminino
Subst. masc.	Substantivo Masculino
TCT	Teoria Comunicativa da Terminologia

TGT
TST
UFSM
ZO

Teoria Geral da Terminologia
Teoria Sociocognitiva da Terminologia
Universidade Federal de Santa Maria
Zoologia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 DOMÍNIO DE ESPECIALIDADE: A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	19
2.1 ARQUIVOLOGIA: BREVE DEFINIÇÃO	20
2.1.1 <i>História dos arquivos</i>	22
2.1.1 <i>A descrição arquivística</i>	28
2.1.1.1 A mudança de paradigma da descrição arquivística	29
2.1 A ARQUIVOLOGIA EM ÂMBITO BRASILEIRO	31
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	35
3.1 TERMINOLOGIA: CONCEITOS BÁSICOS	35
3.1.1 <i>Evolução histórica da Terminologia</i>	38
3.1.2 <i>Teoria Geral da Terminologia</i>	40
3.1.2 <i>Teoria Comunicativa da Terminologia</i>	40
3.2 O FENÔMENO DA VARIAÇÃO ENTRE TERMOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS	41
4 METODOLOGIA	43
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	43
4.2 ESCOLHA DO MODELO TEÓRICO	44
4.3 PLANEJAMENTO DA PESQUISA TERMINOLÓGICA	45
4.4 PREPARAÇÃO INICIAL.....	46
4.5 ELABORAÇÃO DAS FICHAS TERMINOLÓGICAS.....	46
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS.....	74
ANEXO A – CORRESPONDÊNCIA ELETRÔNICA RECEBIDA DO ARQUIVISTA NORTE-AMERICANO RICHARD PEARCE-MOSES	81
ANEXO B – GLOSSÁRIO DA NOBRADE	82

1 INTRODUÇÃO

[as leis] devem ser tão próprias ao povo para o qual foram feitas que seria um acaso muito grande se as leis de uma nação pudessem servir para outra. (MONTESQUIEU, 1996, p. 16).

A ideia de identidade própria desenvolvida por Montesquieu (1996), além de aplicada às normas de uma sociedade, pode ser aplicada à linguagem, sendo essa uma codificação em símbolos (palavras, sons, gestos etc.) de uma cultura. Em síntese, toda cultura possui linguagem própria, ou seja, “[...] o modo como uma língua designa determinado conceito decorre da visão de mundo de seus falantes” (OLIVEIRA, 2015, p. 31). No que tange o conjunto de palavras (termos) de uma área técnica ou científica, ao reconhecer a dimensão cultural da linguagem, admite-se que essas possuem tanto um viés social, quanto um viés terminológico. O estudo dos termos, ou seja, o estudo das palavras utilizadas por uma área do conhecimento é a atividade principal da Terminologia.

A Terminologia é uma disciplina científica que possui uma dimensão teórica e uma dimensão aplicada. Desde o princípio, a Terminologia é ligada aos contextos social, econômico e político nos quais se insere. Pode-se relacionar, inclusive, alguns de seus principais marcos teóricos a mudanças de paradigma na história da humanidade: no século XVIII, durante a expansão do conhecimento e o crescimento da tecnologia e das comunicações, a terminologia era vista como uma ferramenta, sendo utilizada para a superação das dificuldades associadas a esses múltiplos desenvolvimentos (REY, 1995); no século XIX, devido à internacionalização das ciências, os pesquisadores de diferentes áreas perceberam a necessidade de estabelecer regras de nomenclatura. Com essa finalidade, foram realizados os congressos e/ou colóquios internacionais de botânicos (1867), zoólogos (1889) e químicos (1892).

Apenas nas últimas décadas do século XX, a Terminologia passou a ser vista como uma disciplina científica, muito em parte devido a algumas inovações propostas à área, sendo elas: a Teoria Geral da Terminologia (TGT), por Eugen Wüster; a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), por Maria Teresa Cabré Castellví; a Socioterminologia, por François Gaudin; e a Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST), por Rita Temmerman.

A TGT² foi sistematizada pelo engenheiro alemão Eugen Wüster (1898–1977) e publicada postumamente em 1979, pelo terminólogo Helmut Felber. A TGT é relacionada ao

² “[...] a explicitação final dos princípios propostos por Wüster foi realizada postumamente por H. Felber [...] e publicada [na Alemanha] como *Einführung in die Allgemeine Terminologielehre und Terminologische Lexikographie*, em 1979” (CABRÉ CASTELLVÍ, 2003, p. 166, tradução nossa). Contudo, devido a melhor

propósito pragmático do favorecimento da comunicação científica no plano internacional, preocupando-se quanto ao estabelecimento de metodologias para o tratamento de unidades terminológicas, baseando-se no princípio de que os termos são denominações de conceitos (KRIEGER; FINATTO, 2004).

Maria Teresa Cabré Castellví (1947–), em 1992, contrapondo o caráter prescritivo da TGT, defendeu a valorização dos aspectos comunicativos em detrimento dos propósitos normalizadores da terminologia de Wüster, estabelecendo assim, as bases teóricas da TCT³. Para a TCT, “[...] uma unidade lexical pode assumir o caráter de termo em função de seu uso em um contexto e situação determinados” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 35), ou seja, *a priori* não existiriam termos; o termo viria a existir apenas em um contexto específico, no caso na comunicação técnica ou científica.

Decorrendo a 1993, François Gaudin (1958–) postulou a Socioterminologia⁴, vertente teórica que “[...] considera os fenômenos constitutivos das **línguas de especialidades** em toda a sua abrangência discursiva e pragmática” (SILVA, 2008, p. 72, grifo do autor), analisando o léxico técnico e científico sob a perspectiva linguística de interação social. Dessa maneira, a Socioterminologia preocupa-se em localizar a comunicação especializada em seu lugar social.

Fundada por Rita Temmerman (1949–) em 2000, a TST⁵ pressupõe que “[...] os termos são unidades de compreensão e de representação, funcionando em modelos cognitivos e culturais” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 37). Por esse viés, o conhecimento seria estruturado em *frames* cognitivos, sendo esses padrões socio-cognitivamente modelados.

Cabe ressaltar aqui que, ao situar no texto os anos em que esses autores viveram, coloca-se em evidência a relação entre Terminologia e o contexto em que essa se insere, como mencionado anteriormente. A ênfase ao período de vida desses autores justifica-se pela representativa contribuição prestada à Terminologia, pois, além de postularem novas teorias, estabeleceram novas abordagens à dimensão aplicada.

A dimensão aplicada da Terminologia caracteriza-se por produzir instrumentos de organização formal de termos, como glossários, dicionários, vocabulários etc. Apesar de

compreensão do espanhol e o não encontro de uma versão em inglês, utilizou-se a tradução da obra em espanhol nas referências.

³ As discussões iniciais sobre a TCT foram publicadas em: CABRÉ CASTELLVÍ, M. T. **La Terminología: la teoría, els mètodes, les aplicacions**. Espanha/Barcelona: Editorial Empuries, 1992.

⁴ As discussões iniciais sobre a Socioterminologia foram publicadas em: GAUDIN, François. **Pour Une Socioterminologie – des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles**. França/Rouen: Publications de l’Université de Rouen, 1993.

⁵ As discussões iniciais sobre a TST foram publicadas em: TEMMERMAN, Rita. **Towards New Ways of Terminology Description: the sociocognitive approach**. EUA/Philadelphia: John Benjamins Pub. Co., 2000.

restringir-se a um domínio de especialidade, a dimensão aplicada da Terminologia configura-se como atividade de valor social por contribuir à solução de problemas informacionais e comunicativos, buscando, por meio das teorias da Terminologia, a harmonização dos termos e a redução de ruídos terminológicos manifestados por uma área do conhecimento.

A Arquivologia, assim como qualquer disciplina do conhecimento científico, possui um conjunto de termos com significação própria. Esse conjunto de termos característicos da Arquivologia é chamado de terminologia arquivística; em âmbito brasileiro, utiliza-se o termo terminologia arquivística brasileira.

Diagnosticado anteriormente por Fonseca (2005) e Balmant (2016), a terminologia arquivística brasileira apresenta grandes ruídos terminológicos, tornando-se relevante para a pesquisa o estudo sobre aspectos teóricos que envolvem a equivalência de termos. Segundo Fonseca (2005, p. 98–99):

[...] a terminologia arquivística é um território bastante delicado, uma vez que a relação termo e conceito nem sempre é clara e ‘amigável’, porque se trata de traduzir termos e conceitos intrinsecamente associados a realidades político-administrativas muito específicas.

Por sua vez, Balmant (2016, p. 21) “[...] verifica que uma terminologia [arquivística] ‘consolidada’ não existe na realidade brasileira e que o grau de homogeneidade e consonância entre as publicações terminológicas da área é baixo”.

No que concerne à produção científica referente a terminologia arquivística, foram consultadas, por meio de uma busca via *web* e em repositórios institucionais, majoritariamente, obras de ordem reflexiva, encontrando-se apenas duas pesquisas de cunho aplicado voltadas à temática. A primeira pesquisa é intitulada “Análise Comparativa de Termos Arquivísticos em Língua Portuguesa”⁶, de 2015; a segunda, intitulada “Terminologia Arquivística Brasileira: estudo exploratório de publicações e termos”⁷, de 2016.

No plano internacional, após uma busca via *web*, foram encontrados alguns projetos desenvolvidos pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) referentes à terminologia arquivística e destinados à produção de obras. Contudo, informações sobre a metodologia dos

⁶ CELISTRE, Bianca. **Análise Comparativa de Termos Arquivísticos em Língua Portuguesa**. 2015. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, RS, 2015.

⁷ BALMANT, Fabricio Vieira. **Terminologia Arquivística Brasileira: estudo exploratório de publicações e termos**. 2016. 252 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

projetos não foram localizadas. Ao questionar Richard Pearce-Moses⁸, arquivista norte-americano responsável pela elaboração do glossário da *Describing Archives: a Content Standard*, sobre a adoção dos princípios metodológicos preconizados pela TCT ao planejamento do léxico especializado da área, deparou-se com a negativa.

O interesse pela pesquisa presencia-se já no início da graduação. Isso porque, quando, ao defrontar com a terminologia arquivística, desde o primeiro semestre do curso de Arquivologia, não ocorreram entendimentos a respeito dos significados dos termos pertencentes à área. Dessa maneira, surgiu uma grande dúvida sobre o significado dos principais conceitos relacionados à Arquivologia, em especial aqueles com impacto direto na sociedade.

Por esse viés, delimitou-se metodologicamente a pesquisa à descrição arquivística. No que diz respeito a descrição, por possuir como característica primordial a aproximação dos documentos com o acesso, essa torna-se uma ferramenta de extrema importância ao arquivista. Portanto, a redução dos ruídos terminológicos na descrição arquivística corrobora para o desenvolvimento da função dos arquivos perante a sociedade.

No que tange à prática da descrição arquivística, essa adquire uma dimensão normativa: as normas. As normas de descrição arquivística são importantes ferramentas para a padronização, representando elementos basilares à manutenção da Arquivologia em determinado território. Em âmbito brasileiro, a norma de descrição promulgada é a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

Tendo em vista a diminuição dos ruídos terminológicos na descrição arquivística, o problema da pesquisa se configura: quais as características das relações de equivalência envolvendo as definições dos termos do glossário da Norma Brasileira de Descrição Arquivística e sua dimensão aplicada?

Buscando respostas para a problemática, o objetivo geral desta pesquisa é investigar as características das relações de equivalência envolvendo as definições dos termos do glossário da Norma Brasileira de Descrição Arquivística e a sua dimensão aplicada. Para a conclusão desse objetivo geral, delinearão-se alguns objetivos específicos:

- Identificar os termos utilizados na NOBRADE;
- Analisar aspectos conceituais e semânticos dos termos da NOBRADE.

A pesquisa foi dividida em seis capítulos com o intuito de apresentar ao leitor o assunto e às etapas que se cumpriram no decorrer da pesquisa e, por fim, indicar os resultados. Este

⁸ Encontra-se em: **ANEXO A – CORRESPONDÊNCIA ELETRÔNICA RECEBIDA DO ARQUIVISTA NORTE-AMERICANO RICHARD PEARCE-MOSES.**

primeiro capítulo (**Introdução**) é, portanto, destinado a introduzir o assunto, dando condições de compreender a importância do tema, bem como a abrangência e a linha de raciocínio que este trabalho adotou.

O segundo capítulo “**Domínio de Especialidade: a Descrição Arquivística**”, discorre sobre as características do domínio de origem dos termos da pesquisa: a descrição arquivística. Neste espaço, apontam-se aspectos inerentes à Arquivologia, apresentando conceitos acerca da descrição arquivística brasileira e norte-americana. No terceiro capítulo **Referencial Teórico**, disserta-se acerca das diferentes teorias presenciadas pela Terminologia, dedicando-se um espaço à problemática da variação terminológica em uma perspectiva bilíngue. No quarto capítulo **Metodologia**, descreve-se todo percurso seguido durante o desenvolvimento da pesquisa. No quinto capítulo **Resultados e Discussões**, apresenta-se os resultados da pesquisa, através de fichas terminológicas. No sexto capítulo **Considerações Finais**, apresenta-se as considerações sobre a pesquisa e a contribuição que a mesma pode trazer à comunidade acadêmica.

2 DOMÍNIO DE ESPECIALIDADE: A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

[...] uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o podendo este constituir uma **ordem** de fenômenos, um **domínio** novo ou um modo novo de **relação** entre certos dados [...]. Denominar, isto é, criar um conceito⁹, é, ao mesmo tempo, a primeira e a última operação de uma ciência. (BENVENISTE, 1989, p. 252, grifo do autor).¹⁰

Seguindo a lógica de Benveniste (1989), a denominação de conceitos por uma ciência ou área do conhecimento marca uma etapa vital ao desenvolvimento dessa, assumindo duas facetas complementares: a primeira, referindo-se ao panorama normativo, por meio da criação de termos para a designação de processos, fatos etc. que acontecem dentro de uma área do conhecimento; a segunda, referindo-se ao panorama simbólico, por meio da adoção e apropriação destes mesmos termos pela comunidade da área. Dessa maneira, o processo de denominação de termos não se restringe a neologismos¹¹, encontrando vertentes no momento da aplicação (o termo *in vivo*) no texto técnico-científico.

A pesquisa terminológica, encarregada do estudo do léxico técnico e científico, ao considerar as duas dimensões do processo de denominação de termos (levando em conta que a linguagem – mesmo a linguagem técnica ou científica – é um processo contínuo), encontra um elevado grau de complexidade para sua realização. Entretanto, algumas ferramentas podem ser úteis à diminuição das dificuldades existentes, como a definição de algumas etapas obrigatórias, adotadas essencialmente à fase inicial da pesquisa. Barros (2004, p. 192), sugere que uma dessas etapas seja a familiarização com o domínio de especialidade, ao afirmar que “[...] um dos primeiros passos a ser dado [para a realização da pesquisa terminológica] é a familiarização com o objeto de estudo”.

Dessa maneira, a contextualização da área com que se deseja estudar, ou seja, o domínio de especialidade, é vital, proporcionando ao pesquisador uma visão irrestrita sobre o conteúdo e a complexidade do objeto a ser abordado. Barros (2004, p. 193), vai ao encontro à assertiva: “os primeiros contatos com o domínio [de especialidade] tem por objetivo dar ao terminólogo

⁹ Os termos adotados pelo texto de Benveniste (publicado originalmente sob a alcunha de “*Genèse du Terme Scientifique*”, em 1969), anterior às teorias da Terminologia estudadas, não vão de encontro à visão estabelecida pelos realizadores desta pesquisa: enquanto o Benveniste utiliza **conceito** como sinônimo de **termo**, aqui reitera-se a diferenciação entre os dois.

¹⁰ O texto original pode ser encontrado em: BENVENISTE, Émile. *Genèse du Terme Scientifique*. **L'Âge de La Science**: França/Paris, v. 1, n. 1, p. 3–7, 1969.

¹¹ Processo de criação de uma nova palavra (nesse caso, termo) ou a atribuição de um novo significado a essa.

uma visão de conjunto, uma compreensão da extensão e dos limites do campo, das dificuldades a serem enfrentadas”.

Portanto, o objetivo deste capítulo é estabelecer um maior entendimento sobre o objeto de estudo desta pesquisa: a terminologia adotada na Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Para tanto, tendo sempre em vista da natureza interdisciplinar deste estudo, alguns esclarecimentos a respeito da Arquivologia são explicitadas, mostrando ao leitor interlocuções entre o saber e o fazer arquivístico, uma breve consideração a respeito do desenvolvimento da Arquivologia enquanto ciência, alguns respaldos a respeito da importância dos arquivos à sociedade e um breve olhar sobre algumas teorias que circundam o campo: a teoria das três idades documentos, da valoração documental e, sumariamente, as funções arquivísticas, com uma ênfase maior à função de descrição arquivística; em um segundo momento, foi realizado um breve histórico sobre a Arquivologia brasileira para, *a posteriori* aprofundar conhecimentos sobre a descrição arquivística no Brasil. Por último, um breve levantamento sobre o histórico, importância e consequências sobre a implantação da NOBRADE ao país.

Ademais, tendo em vista a dificuldade abarcada pela pesquisa, foram destacados, em negrito, alguns termos considerados como essenciais para o desenvolvimento deste capítulo, de tal modo que o leitor tenha a possibilidade de verificar nuances quanto ao emprego de uso de determinados termos em diferentes contextos, oportunizando a leitura do texto tanto pelo viés terminológico, quanto pelo viés arquivístico. Contudo, alguns termos, embora destacados, vem a carregar as características que seus autores originais lhes deram. Portanto, os termos grifados presentes em citações não carregam do mesmo caráter que a pesquisa aqui desenvolvida vem atribuir a seus termos grifados.

2.1 ARQUIVOLOGIA: BREVE DEFINIÇÃO

Esta seção tem por objetivo apresentar, sumariamente, alguns dos principais conceitos ligados à Arquivologia, tais como a teoria do ciclo vital de documentos, as características adquiridas pelos documentos de arquivo e as sete funções arquivísticas. Tal explanação respalda-se no caráter interdisciplinar da pesquisa, localizada no limiar entre Arquivologia e Terminologia. Salienta-se, entretanto, que, antes de realizar a apresentação de tais conceitos ao leitor, torna-se necessária uma breve explicação a respeito do saber e do fazer arquivístico, bem como a caracterização da Arquivologia enquanto ciência.

Para Appolinário (2011, p. 24), **ciência** caracteriza-se como uma “forma especial de produção de conhecimento” ou ainda uma “maneira específica de explicar a realidade, caracterizada pelo uso da razão associada à experimentação” (APPOLINÁRIO, 2011, p. 24). Appolinário (2011), ademais, realiza uma proposta de classificação às ciências, dividindo-as em Ciências Formais, encarregadas do estudo das relações abstratas e simbólicas; Ciências Naturais, que estudam os fenômenos naturais; e Ciências Sociais, dedicadas ao estudo dos fenômenos humanos e sociais. Neste esquema, tanto a Arquivologia quanto a Terminologia se enquadram enquanto Ciências Sociais. Entretanto, apesar de trazer tais definições sobre o termo **ciência**, Appolinário (2011) alerta a respeito da controvérsia concernente afirmando que, para a comunidade acadêmica, não há consenso estabelecido quanto à definição e ao uso deste termo. Percebe-se, porém, que a **ciência** se relaciona diretamente com o **saber** possuindo como resultado o conhecimento produzido em âmbito científico, este último também chamado de **conhecimento científico**.

De maneira distinta, **técnica** é compreendida para Appolinário (2011, p. 178, grifo do autor), sendo essa um “conjunto de procedimentos organizados baseados num **conhecimento científico** correspondente” ou, ainda, um “conjunto de **métodos** ou processos de manipulação de artefatos ou comportamentos para a produção de um resultado útil” (APPOLINÁRIO, 2011, p. 178, grifo do autor). Percebe-se, portanto, que as definições apresentadas de **técnica** se relacionam a uma maneira de **fazer**.

Nesta perspectiva de diferenciação entre **saber** e **fazer**, encontram-se os termos **Arquivologia** e **arquivística**. De acordo com Santos (2011, p. 107), Bellotto¹², uma das maiores autoras e teóricas da Arquivologia brasileira, subscreve a aceitação de ambos os termos para a terminologia arquivística no Brasil, sendo o termo **Arquivologia** utilizado para designação da **ciência**: “é o termo relativo a uma área universal do conhecimento, aos seus objetos e objetivos, à sua natureza, aos cursos de formação superior, ao exercício da profissão, às entidades de classe, à teoria geral que lhe dá sustentação [...]”. No mesmo momento, Bellotto afirma que a **arquivística** abarca “[...] a metodologia, a prática, o tratamento documental, seja o relativo aos documentos em suportes tradicionais, seja o documento digital” (SANTOS, 2011, p. 107), relacionando-se, portanto a um modo de **fazer**. Em último caso, Santos (2011) elucida que Bellotto realiza uma breve análise comparativa entre a terminologia arquivística brasileira

¹² A posição de Heloísa Liberalli Bellotto foi defendida, em uma troca de *e-mails*, com Vanderlei Batista dos Santos em fevereiro de 2011. O documento original não foi encontrado. Contudo, alguns trechos das mensagens podem ser consultados na tese de doutorado intitulada “**A Teoria Arquivística a Partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos**”, de autoria de Vanderlei Batista dos Santos.

e a terminologia arquivística internacional, sendo favorável à adoção dos dois termos em âmbito brasileiro, considerando a inexistência de termos específicos para a “[...] distinção entre teoria pura e a prática cotidiana [...]” (SANTOS, 2011, p. 107) em outros países.

Entretanto, apesar dos esforços da comunidade científica com vistas à distinção entre os termos **Arquivologia** e **arquivística**, Marques (2007, p. 19) é pontual ao afirmar que “as duas formas [Arquivologia e arquivística] são admitidas no Brasil [...]”, citando como exemplo a definição apresentada pelo Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p. 5) em que ambas possuem como significado a disciplina que tem por objetivo “o conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na constituição, organização, desenvolvimento e utilização”. Em outro momento, Marques (2013, p. 25, grifo do autor) reitera sua posição ao utilizar **Arquivologia** e **arquivística** como sinônimos, argumentando a institucionalização da denominação pelo CNPq e pela comunidade acadêmica: “no Brasil, **Arquivística**¹³ e **Arquivologia** são usados indistintamente, como pode ser observado nos dois dicionários da área mais utilizados”.

Assim, ciente da problemática envolvendo os termos **Arquivologia** e **arquivística**, escolheu-se por opção metodológica a adoção da visão de Schmidt (2012), em que se adotou o uso de **Arquivologia** enquanto **ciência** que estuda o campo dos arquivos, grafado com a primeira letra em maiúscula.

2.1.1 História dos arquivos

Conforme afirmado anteriormente, a **Arquivologia** é a ciência que estuda o **campo dos arquivos**. Contudo, o campo dos arquivos e, conseqüentemente, a Arquivologia são desconhecidos ao público em geral. Da mesma opinião é Delmas (2010, p. 17), ao assegurar que “em relação aos arquivos, as atitudes são muito variadas e, geralmente, reina um grande desconhecimento sobre o que sejam”. Portanto, estabelecer a história dos arquivos torna-se imprescindível, em especial a uma pesquisa de cunho interdisciplinar. Neste sentido, o objetivo desta seção é o de localizar os arquivos enquanto produto de uma sociedade ocidentalizada, valorizando sua dimensão probatória.

O papel exercido pelos arquivos em diversas sociedades é, inegavelmente, importante. Bellotto (2006 apud Bellotto, 2014, p. 132), possui a mesma opinião ao salientar que “a existência dos arquivos na sociedade justifica-se pela necessidade que sempre tiveram as

¹³ O texto manteve sua formatação original, grafando Arquivística com letra maiúscula.

comunidades humanas de registrar suas normas, ações, transações, direitos, deveres, etc. [...]”. Apesar de pontual, a afirmação restringe-se a valorização dos **arquivos** a uma visão ocidental, isto é, à tradição do registro de informações em um suporte, de maneira que as sociedades que não tem por tradição o registro de suas informações estariam, equivocadamente, excluídas do conceito de **sociedade**. Neste sentido, não se pode desconsiderar as tradições de transmissão de conhecimentos distintas da prática documental como a oralidade¹⁴, realizada, por exemplo, pelas sociedades oriundas do continente africano¹⁵. Ademais, a necessidade de documentar foi se impondo vagarosamente, principalmente em sociedades que sofreram (ou sofrem) o efeito do fenômeno denominado **ocidentalização**.

Ocidentalização, etimologicamente, corresponde a “ação de tornar ocidental” (DICIO, 2019); o termo também se designa como “ajustar-se à cultura ocidental, aos hábitos e costumes predominantes no Ocidente” (DICIO, 2019). Neste sentido, a incorporação da necessidade de documentação às diversas sociedades é fruto deste processo, respaldando-se, para tanto, na própria história dos arquivos, primordialmente restrita às civilizações Pré-Clássicas, à Grécia, a Roma e, mais tardiamente, à Idade Média. Apenas no século XVIII, com o marco histórico definido pela Revolução Francesa, os **arquivos** encontraram um novo viés, tornando-se relevantes auxiliares à administração pública. Desta forma, a pesquisa vai de encontro a análise de Marques (2013, p. 46) sobre a obra de Fonseca (2004), em que, a autora atribui o papel desempenhado pelos **arquivos** como auxiliares da administração pública à expansão da área: “[...] a partir de então, [ou seja, da Revolução Francesa], foram construídos outros depósitos centrais em vários países, precursores das diversas instituições arquivísticas nacionais que seriam criadas nos séculos XIX e XX [...]”.

Assim, em um primeiro momento da história dos **arquivos**, estes eram utilizados como depósitos de documentos oficiais, ou seja, aqueles produzidos por governantes, constituindo uma forma de **perpetuação do poder** (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Entretanto, apesar do caráter restrito percebido, desde as civilizações Pré-Clássicas, onde os **arquivos** correspondiam, majoritariamente, a documentos de cunho religioso, estes possuíam grande relevância, “[...] e constituíam já um complexo sistema de informação, não sendo concebidos

¹⁴ A oralidade é a transmissão, por meio da fala, dos conhecimentos localizados na memória humana; o estudo da oralidade enquanto fonte histórica fica a cargo da História Oral.

¹⁵ A história do continente africano é marcada pela ausência de fontes documentais tradicionais. Entretanto, a partir do ano de 1948, percebem-se algumas mudanças de paradigma: “a partir de 1948, a historiografia da África vai progressivamente se assemelhando à de qualquer outra parte do mundo. E evidente que ela possui problemas específicos, como a escassez relativa de fontes escritas para os períodos antigos e a conseqüente necessidade de lançar mão de outras fontes como a tradição oral, a linguística ou a arqueologia [...]” (FAGE, 2010, p. 21).

como simples depósitos de placas de argila, mas como complexas estruturas organizativas e funcionais” (REIS, 2006, p. 2). Perpassando para as práticas greco-romanas, os **arquivos** eram destinados a guardar os documentos produzidos pelo governo; neste mesmo período, a noção de **redes de arquivos** foi desenvolvida (SILVA *et al*, 1998). Durante a Idade Média¹⁶, com o domínio da Igreja, os **arquivos** passaram a significar “[...] o espaço ou serviço onde se preservam registos antigos, ou seja, começa-se a difundir a ideia de arquivo como espaço ou serviço onde se recolhem documentos de valor [...]” (REIS, 2006, p. 4); em suma, a ideia de um local próprio para a guarda documental. Pode-se atribuir à Idade Média, igualmente, o surgimento de uma nova ruptura no conhecimento, conhecida como **guerras diplomáticas**¹⁷: neste, ocorreu a arguição de dúvida quanto à qualidade probatória dos arquivos, visto que os documentos eram tidos como verdadeiros e inalterados. Como consequência, surgiram diversas disciplinas como a Diplomática, a Paleografia e a Sigilografia, além do estabelecimento de regras precisas para a verificação da autenticidade de documentos (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009).

Decorrendo à França, no século XVIII, ocorre um novo rompimento, com a chamada Revolução Francesa¹⁸, sendo essa caracterizada “[...] pela ruptura secular de privilegiados e submetidos [...]” (AZEVEDO, 2013, p. 397). Os **arquivos**, impactados diretamente pela ação social, sofreram uma ruptura em seu cerne: o **acesso** aos documentos contidos nos **arquivos**, estes desempenhando um vital papel de prova (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Marques (2013, p. 44) acrescenta, seguindo as colocações de Silva *et al* (1999), Favier (2001) e Duchein (1992):

A Revolução Francesa marca a trajetória da Arquivologia com a hierarquização dos depósitos; a nacionalização e a centralização dos arquivos, que, até então, eram conservados por instituições e pessoas de forma independente; a triagem; a divulgação e proteção dos acervos; e, sobretudo, a concepção dos arquivos nacionais como mantenedores da memória na perspectiva do significado histórico dos documentos [...].

¹⁶ Idade Média é a “designação de emprego moderno (século XV), surgida entre os humanistas italianos para caracterizar um período intermediário entre a Antiguidade e o Renascimento” (AZEVEDO, 2013, p. 248).

¹⁷ O episódio conhecido como **guerras diplomáticas** foi ocasionado pela publicação, em 1643, dos dois primeiros volumes do *Acta Sanctorum*. O objetivo desta obra era o de separar o mito do fato na vida dos santos. Entretanto, com esta medida, Daniel Papenbroek, um jesuíta convidado a escrever a introdução do segundo volume do *Acta*, postulou princípios que arguíram da autenticidade dos documentos preservados no mosteiro de Sant-Denis. Em resposta, Jean Mabillon publica, em 1681, um tratado nomeado *De Re Diplomatica Libri VI*, desmontando os princípios antes promulgados por Papenbroek e estabelecendo bases para o que viria a ser considerado como a Diplomática (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009).

¹⁸ A Revolução Francesa é um “acontecimento de capital importância no mundo contemporâneo, responsável por profundas transformações políticas, sociais e econômicas, ocorrido na França a partir de julho de 1789 e só encerrado em 1799 com a consolidação dos princípios republicanos burgueses. Ocupando lugar de excepcional significado na história universal, a Revolução Francesa constituiu-se num dos pilares do liberalismo e das instituições democráticas” (AZEVEDO, 2013, p. 397).

Desta forma, é no contexto do Iluminismo¹⁹ que a valorização dos documentos contidos em **arquivos**, eclode de fato. Fruto desta realidade, o modelo pioneiro criado na França, pautava-se (e ainda se pauta) em três pilares principais, sendo reproduzido em toda a Europa e na América, durante o século XX (MARQUES, 2013). Fonseca (2005), caracteriza esses aspectos como: a criação de uma instituição destinada a cobrir todas as unidades públicas produtoras de documentos; o reconhecimento estatal quanto a sua responsabilidade de preservação do patrimônio documental; e o reconhecimento do direito público de acesso aos documentos. Pode-se, portanto, aferir que a criação dos Arquivos Nacionais enquanto instituições responsáveis pela política documental de um Estado tem origem no *Archives Nationales* francês.

Ademais, no que se refere ao *Archives Nationales*, além de firmar-se enquanto modelo de instituição, foi palco para mais uma ruptura no cerne do conhecimento: a consolidação dos **princípios arquivísticos**. Os **princípios arquivísticos** originaram-se a partir do momento em que a Revolução decidiu concentrar documentos das mais diversas proveniências, incluindo-se os documentos produzidos pelo próprio governo, em um único depósito (DUCHEIN, 1986). Em consequência, o acúmulo desordenado documental tornou quase impossível o acesso aos documentos e algumas soluções ao embate foram pensadas, como a separação da massa documental em cinco seções²⁰, estas últimas baseadas em concepções ideológicas. Segundo Duchein (1986, p. 15, grifo do autor), “os dois primeiros diretores deste grande depósito, Armand Camus e Pierre Daunou, conceberam um plano para tratar essa massa documental como um único conjunto dividido em cinco **seções** [...]”. Contudo, apesar de necessária, a medida se provou ineficiente, muito em parte devido a impossibilidade da determinação do local de origem do documento e seu contexto de produção. Neste cenário, em 1841, Natalis de Wailly, historiador francês, veio a celebrar o que se conhece por **Princípio de Respeito aos Fundos**.

O **Princípio de Respeito aos Fundos** propunha a reunião de documentos por **fundos**, ou seja, “[...] reunir todos os títulos (todos os documentos) provindos de uma corporação,

¹⁹ O Iluminismo é o “termo que expressa um conceito de extrema complexidade utilizado para, de modo geral, indicar um movimento de ideias desenvolvido essencialmente no século XVIII” (AZEVEDO, 2013, p. 248).

²⁰ O *Archives Nationales* era dividido em: “**seção legislativa** para os papéis das assembleias revolucionárias, **administrativa** para os papéis dos novos ministérios, **dominial** para os títulos de propriedade do Estado, **judiciária** para os papéis de tribunais e, por fim, **seção histórica**. Essa última era constituída por documentos arbitrariamente considerados como de particular interesse histórico, extraídos das demais seções” (DUCHEIN, 1986, p. 15).

instituição, família ou indivíduo, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos [...]” (DUCHEIN, 1986, p. 16). Duchein (1986) acrescenta, ao elucidar que documentos referentes a um fundo não deveriam ser confundidos com o fundo, propriamente dito. Para Rousseau e Couture (1998, p. 80), este foi o primeiro passo para a promulgação do que seria conhecido como **Princípio da Proveniência**: “assim nasceu a primeira componente do princípio da proveniência segundo a qual cada um dos fundos de arquivos é diferente dos seus semelhantes”.

Cox (1986, p. 79 APUD ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 79) denomina um princípio como “para uma disciplina, [...] é uma lei aplicável para tudo, por todos e em todas as situações”. Neste sentido, o princípio aplicável ao **saber** e ao **fazer** arquivístico é denominado como **Princípio da Proveniência**. Da mesma opinião é Duchein (1986, p. 14), para quem o **Princípio da Proveniência** é “[...] o princípio fundamental da Arquivística” (DUCHEIN, 1986, p. 14) e Rousseau e Couture (1998, p. 79), denominando-o como “[...] a base teórica, a lei que rege todas as intervenções arquivísticas”. Rousseau e Couture (1998, p. 79) concluem, didaticamente, os motivos pelos quais o **Princípio da Proveniência** destaca-se como princípio fundamental para a Arquivologia:

“O princípio da proveniência e o seu resultado, o fundo de arquivo, impõem-se à arquivística, uma vez que esta tem por objetivo gerir o conjunto das informações geradas por um organismo ou por uma pessoa no âmbito das atividades ligadas à missão, ao mandato e ao funcionamento do dito organismo ou ao funcionamento e à vida da referida pessoa”.

Desta forma, a partir do século XVIII, com a promulgação dos princípios arquivísticos na França que caracterizavam o arquivo enquanto um **todo orgânico**, estabeleceram-se bases para uma nova disciplina, que viria a se concretizar no século XIX, com a publicação do livro intitulado *Handleiding Voor Het Ordenen en Beschrijven van Archieven* pelos holandeses S. Mueller, J. A. Feith e R. Fruin. A obra, conhecida em âmbito brasileiro como **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos** ou, simplesmente, **Manual dos Arquivistas Holandeses**, é, majoritariamente, aceita entre os autores da área como, fazendo usos das palavras de Fonseca (2004, p. 50), “[...] o marco inaugural do que se poderia identificar como uma disciplina arquivística [...]”. O **Manual**, definido pelos seus próprios autores como um “[...] livro enfadonho e metucioso” (ARQUIVO NACIONAL, 1973, p. 11), destinava-se à definição de regras para o arranjo e a descrição de arquivos, integrando diferentes conceitos e técnicas oriundas da Diplomática e da prática administrativa (FONSECA, 2004; SANTOS, 2011).

Perpassando ao século XX, a **Arquivologia** presenciou, em um primeiro momento, uma espécie de **crise de identidade**. Esta, relacionada às rupturas paradigmáticas no âmbito historiográfico decorrentes da escola dos *Annales* – a adoção de fontes documentais por parte dos historiadores tendeu a emancipar-se das fontes tradicionais, passando a utilizar novos meios para a produção do conhecimento histórico – evidenciou a necessidade da Arquivologia de se afirmar enquanto disciplina científica. Como resultado, Sir Hilary Jenkinson, em 1922, postulou em sua obra denominada *A Manual of Archive Administration* a separação da verdade arquivística e da verdade histórica: os documentos não seriam produzidos como forma de informação para a posterioridade, mas sim, para sanar necessidades oriundas do cotidiano (SILVA *et al*, 1998).

Demarcada a separação entre Arquivologia e História, preocupações de outro tipo materializaram-se aos arquivos: a avaliação de documentos. Com o fenômeno denominado explosão documental, fruto da Primeira e mais impactantemente, da Segunda Guerra Mundial, os arquivos e arquivistas se viram presos em meio a enormes massas documentais. Um conceito que veio a se afirmar, neste âmbito, é o de *record group* ou Teoria das Três Idades. Essa estabelece a divisão da vida dos documentos três fases, por meio das noções de valores primários e secundários dos documentos.

Para Rousseau e Couture (1998, p. 117), o valor primário documental é definido como “[...] a qualidade de um documento baseado nas utilizações imediatas e administrativas que lhe deram os seus criadores, por outras palavras, nas razões para as quais o documento foi criado”. Enquanto “o valor secundário define-se como sendo a qualidade do documento baseada nas utilizações não imediatas ou científicas. Esta qualidade radica essencialmente no testemunho privilegiado e objetivo que o documento fornece” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 117-118).

Enquanto disciplina, para Rousseau e Couture (1998, p. 265) as funções arquivísticas dividem-se em sete, sendo elas: “a criação [ou produção], a avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão de arquivos”. A criação, também chamada de produção, “contempla os procedimentos relacionados à manutenção do maior rigor possível na produção dos documentos de arquivo, abrangendo definição de normas, conteúdo, modelos, formato e trâmite” (SANTOS, 2013, p. 178); mais do que isso, a função de criação documental abarca a necessidade de um conhecimento aprofundado sobre as relações mantidas entre os documentos institucionais, com vistas à manutenção da organicidade, tendo o arquivista como consultor

(SANTOS, 2013); a aquisição, “contempla a entrada de documentos nos arquivos corrente, intermediário e permanente” (SANTOS, 2013, p. 179).

2.1.1 A descrição arquivística

A finalidade desta seção é apresentar, de forma sumária, as definições de **descrição** a partir de uma dimensão aplicada no campo da terminologia: os dicionários, seguindo o preceito estabelecido pela TCT de que, primordialmente, não existem termos nem palavras, mas sim, unidades lexicais que, dependendo do contexto inserido, adquirem seu *status*. Neste contexto, a descrição possui diferentes acepções, tanto para o léxico comum quanto ao léxico especializado. Sendo assim, para o léxico geral, a **descrição** pode ser entendida como uma ação, ou seja, o “ato de descrever” (FERREIRA, 2005, p. 295); um produto resultante deste ato; ou ainda uma “exposição falada ou escrita” (FERREIRA, 2005, p. 295), relacionando-se ao sentido gramatical da linguagem.

Para a Arquivologia, mais precisamente no Dicionário de Termos Arquivísticos (1989), a **descrição** caracteriza-se como uma “atividade fundamental do arquivista” (NAGEL, 1989, p. 33) e também como um “processo intelectual de sintetizar elementos formas e conteúdo textual de unidades de arquivamento, adequando-os ao instrumento de pesquisa que se tem em vista produzir” (NAGEL, 1989, p. 33). Importante enfatizar que, dentre os dicionários exclusivamente arquivísticos consultados à confecção da pesquisa, este é o único que configura a polissemia do termo descrição, ou seja, apresenta uma abertura para vários significados. Para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística elaborado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (1990, p. 36–37, grifo do autor), a **descrição** é entendida como um “conjunto de procedimentos que, levando em conta os elementos formais e de **conteúdo** dos **documentos**, possibilitam a elaboração de **instrumentos de pesquisa**”; também pode ser considerada, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996), como um “conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de **conteúdo**, permitem a identificação de **documentos** e a elaboração de **instrumentos de pesquisa**” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 23, grifo do autor). Para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística elaborado pelo Arquivo Nacional (2005, p. 67, grifo do autor) entende-se **descrição** como o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos **documentos** para elaboração de **instrumentos de pesquisa**”. Em última análise, o termo

descrição aparece listado por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 119, grifo do autor) em seu Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia:

1. FIL LING representação do aspecto exterior dos seres e das coisas, por meio da palavra escrita ou falada. 2. BIB/INDEX no Dublin Core Metadata Initiative, elemento utilizado para designar a descrição textual do conteúdo do recurso. d. (ARQ) archival description, description “Processo intelectual de sintetizar elementos formais e conteúdo textual de unidades de arquivamento, adequando-os aos instrumentos de pesquisa que se tem em vista produzir (inventário sumário ou analítico, guia, etc.)” (ABNT95). ⇔ acervo (ARQ), instrumento de pesquisa, inventário (ARQ). d. arquivística => descrição (ARQ). d. bibliográfica [...] BIB “registro dos elementos, retirados do item em processo de catalogação e fontes de referência, capazes de identificar este item por suas características. [...]” (MEY, p. 9); registro bibliográfico. ⇔ catalogação descritiva, descrição documentária, d. bibliográfica coletiva => catalogação coletiva. D. Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD) International Standard Bibliographic Description, ISBD BIB conjunto de regras que foram internacionalmente padronizadas com o objetivo de ordenar os elementos da descrição bibliográfica [...] ⇔ área (ISBD). d. de assunto => descrição temática. d. do conteúdo => análise do conteúdo. d. do documento => descrição bibliográfica, descrição documentária. d. do problema [...] ADM INF exame autônomo de um problema a resolver, incluindo informações sobre os limites de possíveis soluções. d. do trabalho => ficha de operação. d. **documental** => descrição (ARQ). d. documentária [...] BIB/CAT BIB/CLAS identificação dos documentos, tendo em vista sua integração num sistema de informação; inclui a descrição bibliográfica (⇔) e a descrição temática (⇔). d. física => área de descrição física, catalogação. d. multinível ARQ “descrição que, levando em consideração a estrutura organizacional de um acervo, permite a recuperação das informações dos documentos que o integram em diferentes níveis, do mais genérico ao mais específico, estabelecendo relações verticais e horizontais entre eles” (AN, p. 60). d. temática [...] BIB/CAT registro dos índices de classificação ou dos termos de indexação, num veículo que tome possível a pesquisa [...]; catalogação de assuntos, catalogação temática. ⇔ análise temática”

Apesar da conceituação deste dicionário abarcar duas áreas do conhecimento distintas além da denominação relativa ao léxico comum, é nela que se aproxima com maior profundidade a definição do termo descrição, contando com explicações acerca da natureza, tipo, entre outros.

2.1.1.1 A mudança de paradigma da descrição arquivística

Esta seção tem como objetivo apresentar os marcos empíricos, técnicos e científicos na história da descrição arquivística. Salientamos que este processo teve interferências de algumas áreas como a Biblioteconomia.

A mudança de paradigma da descrição arquivística é intimamente ligada às necessidades apresentadas por usuários da informação. Segundo Bellotto (2006, p. 176), “desde o século XIII, a arquivística registra a existência de inventários de documentos de várias comunas

francesas”. Portanto, neste primeiro momento, a descrição arquivística destinava-se à produção de instrumentos de pesquisa, voltando-se à organização documental.

Durante vários séculos, o cenário continuou o mesmo. Entretanto, a publicação da obra intitulada *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archieven*, no século XIX, escrita pelos holandeses Muller, Feith e Fruin demarcou uma mudança nos paradigmas arquivísticos, sendo o primeiro manual a tratar a Arquivologia de maneira científica, impulsionando publicações concernentes à área pelas últimas décadas do século XIX e por todo o século XX. A título de exemplificação, foram trazidas algumas considerações a respeito de duas normas de descrição importante: a ISAD (G) e a ISAAR (CPF):

A Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística também conhecida como ISAD (G), foi publicada pela primeira vez no ano de 1990 pela Comissão *ad hoc* para as Normas de Descrição. “Esta norma estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para a sua criação” ISADG (p. 11).

A Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias ou, de forma abreviada, ISAAR (CPF), é segundo o capítulo 1 - âmbito e objetivos da própria Norma, a Norma que “[...] dá diretrizes para a preparação de registros de autoridade arquivística que forneçam descrições de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 11). A ISAAR (CPF) possui duas edições: a primeira publicada em 1996 e a segunda publicada em 2004, no Congresso Internacional de Arquivos de Viena.

O surgimento da ISAAR (CPF) é estritamente atrelado ao que Cunningham (2007, p. 83) chama de “[...] redirecionamento do pensamento arquivístico”. Para o autor, o desenvolvimento dessa Norma é resultado das perspectivas dos arquivistas australianos sobre a descrição arquivística, ou seja, o **sistema de séries**.

O **sistema de séries** australiano surgiu da dificuldade dos arquivistas em aplicar o conceito de **fundo** ao controle intelectual em um ambiente de múltiplas relações de proveniência. A solução para a problemática veio, segundo Cunningham (2007, p. 80), em 1964, quando Peter Scott, linguística nomeado para o *National Archives of Australia*, “[...] fez a sugestão radical de se abandonar o fundo como foco do controle intelectual e, ao invés disso, se adotar séries, baseadas em funções, como meio de controlar os documentos”, evidenciando a necessidade de registrar separadamente a descrição do documento e o contexto administrativo.

Como consequência, as descrições seguindo o modelo de séries se tornaram entidades avulsas e, quando requeridas, conectavam-se às outras descrições que contribuíram para a sua existência.

Por esse viés, de acordo com Cunningham (2007, p. 81), “[...] Scott via sua abordagem como sendo um meio mais eficiente de registrar a verdadeira e frequentemente complexa natureza da proveniência e sistemas de arquivamento do que o uso da abordagem de fundos”, visto o registro das realidades complexas e dinâmicas de arquivamento. Os documentos, enquanto registros da complexidade das relações, se tornam ativos no processo de negociação, diferente da percepção simplista de que os documentos são espectadores de todo o processo.

Pela perspectiva pós-custodial foi implantada a ideia de que os documentos podem (e devem) ser descritos, independentemente de sua idade, sendo correntes ou não.

2.1 A ARQUIVOLOGIA EM ÂMBITO BRASILEIRO

O objetivo desta seção é o de elucidar a trajetória da Arquivologia no Brasil. Para tanto, será realizada uma breve reconstituição histórica, alternando paralelamente entre a história nacional e a história da Arquivologia. Com a finalidade de elucidar a presença da Arquivologia no Brasil.

Desta maneira, pode-se considerar como marco inicial à Arquivologia no Brasil a fundação do Arquivo Nacional. Assim também pensam Crivelli e Bizello (2012, p. 45), ao destacarem que a Arquivologia em âmbito brasileiro teve “[...] como ponto de partida a criação da instituição arquivística mais antiga e mais importante do país, conhecida nos dias atuais por Arquivo Nacional”.

O Arquivo, elaborado na Assembleia Geral Constitutiva e Legislativa de 1823²¹ e implementado 14 anos após, em 1838, sob a alcunha de Arquivo Público do Império, foi inicialmente criado como um instrumento viabilizador do projeto político nacional imposto por D. Pedro I²², mais especificamente, com a função de afirmação do Estado brasileiro. Costa

²¹ A Assembleia Geral Constitutiva e Legislativa de 1823 possuía uma resolução alusiva à criação do Arquivo Público Imperial (art. 70, cap. VI da Constituição de 1824). A concretização do projeto, contudo, se deu 14 anos depois, quando o Brasil se encontrava em período regencial devido à abdicação de D. Pedro I (COSTA, 2000).

²² O projeto político nacional desenvolvido por D. Pedro I possui como marco oficial o 7 de setembro de 1822. “[...] o Sete de Setembro representa um momento simbólico destacado de um longo processo de ruptura iniciado até antes da vinda da corte, e que levou, ao fim e ao cabo, a uma solução monárquica, implantada bem no meio das Américas. Cercado de repúblicas por todos os lados, o Brasil colocaria no centro do poder um rei, ou melhor, um imperador, para espanto e desconfiança dos vizinhos latino-americanos. [...]. O evento é expressão visível de uma série de tensões e arranjos que se colavam à crise do sistema colonial e do absolutismo, tão característicos do

(2000, p. 219) compartilha a mesma opinião, para quem as funções do Arquivo Público do Império eram “[...] fortalecer as estruturas do Estado recém-fundado²³ e consolidar a própria ideia do regime monárquico em um continente totalmente republicano”. Para a concretização de tais funções, deveria recolher os documentos oriundos tanto da administração pública, quanto relativos ao passado colonial. A premissa estabelecida, contudo, não se concretizou.

Ao investigar as causas do fracasso do modelo proposto ao Arquivo, Costa (2000) aponta como um dos principais responsáveis o sistema burocrático herdado. Este modelo de Estado – centralizado e burocrático – adotado por Portugal nos tempos de colônia, possuía como uma de suas políticas o sigilo oficial, demandando aos órgãos que mantivessem seus próprios arquivos, sendo esta uma forma de assegurar os empreendimentos mercantilistas da metrópole, e se constituiu em uma das principais dificuldades encontradas pelo Arquivo Público do Império para realizar as funções para as quais teria sido criado. Essa política de sigilo foi herdada pelo novo Estado brasileiro devido a vinda da Corte portuguesa ao Brasil. Consequentemente, devido ao seu “fraco desempenho como **instrumentalizador** da ação estatal” (COSTA, 2000, p. 226, grifo do autor), a subsidiação empírica tanto da escrita da história quanto da ação dos políticos e administradores do Império, ficou a cargo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Nesse sentido, o papel do IHGB seria primordial para o desenho da nacionalidade brasileira, enquanto as atribuições do Arquivo Público do Império estariam voltadas à manutenção dos documentos produzidos pelo Estado.

Perpassando ao ano de 1876, o Arquivo Público do Império passou por uma reformulação estrutural-administrativa²⁴, contando com as seções Legislativa, Administrativa, Judiciária e Histórica. Também foram estabelecidas normas ao recolhimento documental, preocupando-se quanto à identificação, à obtenção e à conservação de documentos oriundos das províncias, da legislação, da história e geografia brasileiras (MARQUES, 2011).

Entretanto, em 1889, o Brasil passou por um grande momento em sua história, alterando a conjuntura política e social. Como consequência, “a Constituição de 1891 definiu as bases institucionais do novo regime – presidencialismo, federalismo e sistema bicameral – e

fim do período moderno. Era todo o Antigo Regime que se desintegrava, e com ele as bases do colonialismo mercantilista” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 222).

²³ “O Império surgiria [em 1822] como símbolo da união territorial desse país de proporções continentais, e a realeza surgiria como a melhor saída (possível) para evitar a fragmentação política e territorial” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 224).

²⁴ De acordo com o *website* do Arquivo Nacional (2018a), “o Arquivo Público do Império [foi] reorganizado [em 1876], contando com as seguintes seções: Legislativa, Administrativa, Judiciária e Histórica”.

implementou uma série de mudanças, para bem marcar a ruptura²⁵” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 319–320). O Arquivo Público do Império, em meio desta conjuntura político-social, em 1893, então, passou a chamar-se Arquivo Público Nacional²⁶, a partir de um novo Regulamento.

No novo Regulamento de 1893, novamente²⁷ solicitando uma qualificação profissional aos funcionários do Arquivo, o Diretor Machado Portela²⁸veio a “insisti[r], inutilmente, na criação da sua **aula de diplomática**, isto é, no ensino da arte da leitura de Diplomas antigos, matéria esta, depois classificada sob a denominação de **paleografia**” (MARQUES, 2011, grifo do autor).

Já em 1911, uma nova reformulação estrutural-administrativa ocorreu, alterando seu nome para Arquivo Nacional (AN). Para Crivelli e Bizello (2012, p. 48), este ano teve grande destaque para a história do AN, pois:

[...] neste ano [foi] criado o Curso de Tratamento de Arquivos para o Serviço Público, organizado pelo AN para atender a demanda decorrente da estrutura social mais burocratizada do sistema republicano. Este curso, oportunamente técnico, visava qualificar funcionários atuantes no sistema público, a fim de otimizarem as atividades administrativas públicas.

Ainda segundo Crivelli e Bizello (2012, p. 48), tal iniciativa foi “relevante, pois este curso foi a primeira iniciativa nacional de organização de um pensamento arquivístico, e serviu de base para novos cursos”, sendo estes o “**Curso Técnico, [em] 1916; Curso Técnico de Arquivos, [em]1923; Curso Técnico, [em] 1931**” (MARQUES, 2011, p. 249, grifo do autor).

Transcorrendo a crise da década de 1920²⁹ até o início da década de 1930, quando ao instaurar um novo modelo de governo e um novo período na história do Brasil, Getúlio Vargas

²⁵ “A Igreja separou-se do Estado, e introduziu-se o registro civil de nascimentos, casamentos e mortes. A proposta federalista [...] organizava o novo regime em bases descentralizadas, dando às antigas províncias, agora transformadas em estados, maior autonomia e controle fiscal, e jogava por terra a crença no centralismo monárquico como agente de coesão nacional. A agenda republicana substituiu o Poder Moderador – a chave da organização política do Império – pelo princípio da divisão e do equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, garantiu a liberdade religiosa, extinguiu a vitaliciedade do Senado e aprovou o sufrágio universal, em lugar de um sistema censitário até então vigente” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 320).

²⁶ “Para provar que a República vinha para ficar, alteravam-se rapidamente nomes e símbolos, na tentativa de dar mais concretude à mudança efetiva de regime. O largo do Paço passou a se chamar 15 de Novembro; a Estrada de Ferro Pedro II, Central do Brasil” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 318).

²⁷ Em duas ocasiões distintas (1874 e 1876) o diretor do Arquivo manifestou “a necessidade [direcionada aos funcionários do AN] de formação em cursos específicos, como condição da ocupação dos seus cargos técnicos” (MARQUES, 2011, p. 248).

²⁸ Joaquim Pires Machado Portela foi, de acordo com o *website* do Arquivo Nacional (2018b), Diretor do Arquivo Público Nacional (atualmente AN), de 1873 a 1898.

²⁹ “A quebra das autonomias estaduais, suporte das tradicionais oligarquias regionalizadas, resultou na crescente centralização do poder que destinava ao Executivo federal o comando sobre as políticas econômica e social. O

“assumi a presidência da República e passou a liderar uma etapa decisiva do processo de constituição do Estado brasileiro como Estado nacional, capitalista e burguês” (SANTOS, 2018, p. 123). Esse Estado, segundo Santos (2018, p. 123) se caracterizava como “um Estado comprometido com um projeto que favorecesse o avanço do capitalismo [criando] mecanismos de controle da classe operária”. Entretanto, para “organizar o Estado nacional em novas bases” (SANTOS, 2018, p. 123), tornava-se necessária a “ampliação das instituições e do quadro de servidores públicos” (SANTOS, 2018, p. 123). Para Santos (2018, p. 123), os principais objetivos do governo Vargas eram “de um lado, fortalecer a organização administrativa federal, tomando como base os setores do trabalho e da saúde; de outro, introduzir medidas de racionalização administrativa, visando a obtenção de maior economia e eficiência”. Em meio a esse cenário político e econômico, a Arquivologia alcançou “um marco na concepção de uma carreira dedicada ao tratamento dos arquivos na administração pública, sobretudo, no surgimento de uma elite técnica que desempenharia papel central nos rumos da Arquivologia brasileira nas décadas seguintes” (SILVA, 2018, p. 137), por meio do incentivo governamental de aperfeiçoamento técnico dos servidores públicos prestado à época.

Nas décadas de 1950 e 1960, ocorreu uma grande importação de conhecimento científico, dando bases à criação científica da disciplina.

Com o início dos anos 1970, a Arquivologia ganha força com a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), tendo por ideal o desenvolvimento de questões concernentes aos arquivos.

Estado que surgiu em 1930 nasceu da crise das elites oligárquicas da República Velha, e os grupos que assumiram o comando do país deram início à fundação de um Estado forte e centralizador, cuja intervenção na economia se tornou crescente” (SANTOS, 2018, p. 124).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Todo conhecimento científico (conclusões) que é publicado e aceito por cientistas passa a ser usado por outros cientistas, como suporte para novas conexões ou mesmo para questionamentos. Esses conhecimentos são interligados de alguma forma, mesmo que por meio bastante indireto trazido pelas teorias globais. Esse é o universo do conhecimento científico e costumo chamá-lo de 'rede de conhecimento'. (VOLPATO, 2018, p. 4, grifo do autor).

Sob a ótica de Volpato (2018), a interlocução entre diferentes campos do saber gera uma apropriação de conhecimentos, decorrendo, portanto, uma troca mutualística entre campos do saber. A interdependência consequente desse ato resulta na expansão do universo do conhecimento científico, por agregar ainda mais conhecimentos à rede científica.

Dessa forma, as apropriações dos conhecimentos terminológicos pela Arquivologia vieram a agregar conhecimentos ao universo científico. O Trabalho de Conclusão de Curso, destinado ao estudo sobre as definições dos termos da NOBRADE e a sua dimensão aplicada, seguindo a lógica de que o conhecimento científico é interdisciplinar, fundamenta-se teoricamente sob os pilares da Terminologia.

Como consequência, o objetivo deste capítulo é apresentar e caracterizar terminologia. Inicialmente, discorre-se sobre as acepções do termo **terminologia** para diferentes autores; após, será apresentada, de forma sumária, a trajetória da Terminologia, de sua concepção até atingir o patamar de ciência. Também serão abordadas as teorias que permeiam o campo, enfatizando a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), devido a adoção dessa como princípio metodológico na pesquisa. Ademais, serão prestados alguns esclarecimentos a respeito dos termos abordados no decorrer desse capítulo, tendo como premissas o desconhecimento do leitor quanto o significado dos mesmos e a ocorrência de ruídos terminológicos em termos da área. Por fim, será discutida a problemática da equivalência entre termos.

3.1 TERMINOLOGIA: CONCEITOS BÁSICOS

A finalidade desta seção é apresentar as principais definições de **terminologia**, valorizando sua característica de polissemia³⁰, ou seja, a multiplicidade de sentidos atribuída ao seu significado. Para Maria Teresa Cabré Castellví, precursora da TCT, **terminologia** remete

³⁰ O Dicionário de Linguística e Fonética define polissemia como “termo usado na análise semântica para caracterizar um item lexical com uma variedade de significações diferentes, como **manga**: ‘parte da camisa’, ‘parte de um abajur’” (CRYSTAL, 1998, 202–203 p. APUD SOUZA, 2011, p. 33, grifo do autor).

a, pelo menos, três noções: “a) a disciplina; b) a prática; c) ao produto gerado por essa prática” (CABRÉ CASTELLVÍ, 1995, p. 2, tradução nossa)³¹. Enquanto **disciplina**, a Terminologia é ciência básica e aplicada voltada ao estudo do léxico³² especializado; enquanto **prática**, terminologia é a metodologia destinada à coleta e à descrição de termos; enquanto **produto**, terminologia é o produto gerado por essa prática (CABRÉ CASTELLVÍ, 1995).

De acordo com o viés defendido por Cabré Castellví (1995), Terminologia caracteriza-se como uma interdisciplina, ou seja, uma disciplina com características interdisciplinares, possuindo uma dimensão teórica e uma dimensão aplicada. Disciplina, pois, possui bases teóricas delimitadas e objeto de estudo definido; interdisciplinar, pois, ao apropriar-se de fundamentos oriundos de outras disciplinas, constrói um espaço próprio para si dentro da rede de conhecimento.

Evidenciando os **ruídos terminológicos**³³ presentes na Terminologia (disciplina), tanto às pesquisadoras Maria da Graça Krieger e Maria José Bocorny Finatto (2004), quanto à pesquisadora Lidia Almeida Barros (2004), as definições do termo **terminologia** restringem-se a duas, sendo: a) Terminologia enquanto disciplina científica; b) terminologia enquanto conjunto dos termos de uma determinada área especializada, ou seja, o léxico técnico-científico³⁴ (KRIEGER; FINATTO, 2004; BARROS, 2004). Diferente de Krieger e Finatto (2004), que vem a considerar a Terminologia como uma disciplina básica e aplicada, indo de encontro ao postulado outrora por Cabré Castellví (1995), Barros (2004) considera a Terminologia como uma disciplina básica não aplicada, encarregando a função de produção de obras (dicionários, glossários, etc.) à Terminografia. No entanto, a mesma autora (2004) não descarta a aplicabilidade do conhecimento produzido pela Terminologia, isto é, o conhecimento terminológico, listando alguns cenários possíveis para a aplicação desse, como à tradução especializada, ao ensino de línguas, ao ensino de disciplinas técnicas e científicas, às Ciências Sociais, ao planejamento linguístico e à normalização terminológica.

Dando continuação à problemática referente às diferentes noções do termo, Krieger e Finatto (2004) e Barros (2004) demonstram discordância quanto a noção de “terminologia enquanto produto”, exposta anteriormente. Isso porque, a noção de **produto** fica restrita às

³¹ “a) a la disciplina; b) a la práctica; c) al producto generado por esa práctica”.

³² O Dicionário de Linguística e Fonética define léxico como “termo usado na Linguística para caracterizar o vocábulo de uma língua e uma variedade de expressões técnicas” (CRYSTAL, 1988, 157–158 p. APUD SOUZA, 2011, p. 23). Dessa forma, o léxico pode ser considerado como o conjunto de palavras, escritas ou faladas, por um indivíduo ou grupo.

³³ A noção de ruídos terminológicos será desenvolvida na seção “Equivalência entre termos”

³⁴ Os termos “léxico especializado” e “léxico técnico-científico” são considerados sinônimos, significando ‘conjunto de termos (palavras) de uma ciência ou técnica’.

obras³⁵ (glossários, vocabulários, dicionários, etc.), enquanto a noção de **conjunto de termos de uma área**, ou seja, o léxico técnico-científico, vai muito além, abrangendo tudo o que é falado ou escrito por uma língua de especialidade.

Constatada a pluralidade de noções de diferentes autores a respeito do termo **terminologia**, algumas escolhas metodológicas foram tomadas. Por corresponder, majoritariamente, com a premissa de Cabré Castellví (1995), as noções de Krieger e Finatto (2004)³⁶ sobre **terminologia** foram adotadas. Deste modo, entende-se terminologia como:

- a) Disciplina ou o campo de estudos teórico e aplicado dedicado aos termos técnico-científicos. Nesse caso, ao lado de fundamentos teóricos, há também uma dimensão aplicada, refletida na produção de glossários e dicionários técnicos, entre outros instrumentos de organização formal das terminologias;
- b) Termos técnico-científicos, representando o conjunto das unidades lexicais típicas de uma área científica, técnica ou tecnológica.

Como forma de evitar dúvidas quanto ao uso do termo **terminologia** optou-se, no decorrer da pesquisa, por utilizar a forma preconizada por Krieger e Finatto (2004). Para as autoras, ao grafar de forma diferenciada **terminologia**, ocorre uma distinção relacionada ao sentido empregado do termo: “com o sentido de conjunto de termos, **terminologia** é aqui grafada com **t** minúsculo; com **T** maiúsculo, quando referida como um campo de estudos ou disciplina” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 13, grifo dos autores).

A Terminologia, enquanto disciplina científica, tem como objeto de estudo “[...] o conjunto de termos de um domínio e dos conceitos (ou noções) por eles designados” (BARROS, 2004, p. 34). Dessa forma, tanto o **termo** quanto a **definição** tornam-se passíveis de estudo. Definido pelos organismos internacionais de normalização como “designação, por meio de uma unidade linguística, de um conceito definida em uma língua de especialidade” (ISO 1087, 1990, p. 5 APUD BARROS, 2004, p. 39-40), o **termo** é “[...] uma unidade lexical com um conteúdo específico dentro de um domínio específico” (BARROS, 2004, p. 40), ou seja, uma unidade lexical que, quando apropriada por uma disciplina ou técnica, apresenta uma noção única. Por

³⁵ Neste momento, optou-se metodologicamente por não adjetivar o termo obras devido a discordância teórica presente na área: enquanto Barros (2004) utiliza o termo obras terminográficas para se referir a produção de dicionários, glossários, etc., Krieger e Finatto (2004) utilizam o termo obras terminológicas.

³⁶ Apesar de adotar a visão de Krieger e Finatto (2004) sobre terminologia, o esquema foi elaborado pelos autores, devido aos diversos significados estarem espalhados no decorrer da obra. Como forma de trazer transparência ao leitor, as falas das autoras encontram-se em: “[...] disciplina ou ao campo de estudos teórico e aplicado dedicado aos termos técnico-científicos [...]” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 16); “nesse caso, ao lado de fundamentos teóricos, há também uma dimensão aplicada, refletida na produção de glossários e dicionários técnicos, entre outros instrumentos de organização formal das terminologias” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 13); “[...] termos técnico-científicos, representando o conjunto das unidades lexicais típicas de uma área científica, técnica ou tecnológica [...]” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 13).

sua vez, Barros (2004, p. 60) caracteriza **unidade lexical** “[...] pela não-separabilidade dos elementos que a realizam do ponto de vista fonético e é identificada pela comutação no sintagma ou frase”. Por essa perspectiva, uma **unidade lexical** e, conseqüentemente um **termo**, pode conter uma ou mais **palavras** em sua composição formando, até mesmo, frases.

Enquanto objeto de estudo da Terminologia, a **definição** é compreendida como uma “representação de um conceito por uma declaração descritiva que serve para diferenciá-lo dos conceitos relacionados” (ISO, 2000, p. 6, tradução nossa)³⁷. Pela análise de definições, por exemplo, torna-se possível o mapeamento das múltiplas dimensões abrangidas por um conhecimento.

3.1.1 Evolução histórica da Terminologia

O objetivo desta seção é apresentar, de forma sumária, a trajetória da Terminologia, da concepção, enquanto conjunto de termos, até estabelecer-se como disciplina. A humanidade, a partir do fenômeno conhecido por revolução cognitiva³⁸, passou a utilizar palavras para adquirir e transmitir conhecimentos. Segundo Rondeau (1984, p. 1, tradução nossa)³⁹, “[...] tão longe quanto se remonte na história do homem, desde que se manifesta a linguagem, nos encontramos em presença de línguas de especialidade, é assim que se encontra a terminologia dos filósofos gregos, a língua dos negócios dos comerciantes cretas, etc.”. Portanto, terminologia enquanto léxico dos saberes técnicos e científicos é uma prática antiga, posto que o conhecimento especializado pode ser encontrado desde a antiguidade.

No século XVII, com a expansão das tecnologias e das comunicações, a terminologia era vista como uma ferramenta voltada ao enfrentamento dessas múltiplas novidades. Dessa forma, percebe-se a inserção do processo de dicionarização, ou seja, o ato de registrar em dicionários o conhecimento oriundo do período.

A maior contribuição à Terminologia, no entanto, ocorreu no século XIX, pelos esforços de cientistas das áreas da Botânica, da Química e da Zoologia. Isso porque, devido à

³⁷ “Representation of a concept by a descriptive statement which serves to differentiate it from related concepts”.

³⁸ Reconhecida a pluralidade teórica dentro da Linguística, não há consenso sobre o surgimento da linguagem. Enquanto Saussure – Teoria Estruturalista – define a língua como um “[...] sistema homogêneo, [isto é], um conjunto de signos exterior aos indivíduos que deve ser estudado separado da fala” (SILVA, 2011), Chomsky – Teoria Gerativista – considera a língua como um “[...] sistema de princípios radicados na mente humana” (SILVA, 2011). Portanto, adotou-se a proposta de Harari (2017), que elucida como característica primordial para o *Homo Sapiens* firmar-se enquanto espécie e conquistar o mundo, a sua linguagem única.

³⁹ “Aussiloin, en effet, que l’on remonte dans l’histoire de l’homme, dès que se manifeste le langage, on se trouve en présence de langues de spécialité, qu’il s’agisse de la terminologie des philosophes grecs, de la langue des affaires des commerçants crétois, etc”.

internacionalização das ciências, os pesquisadores perceberam a necessidade de estabelecer regras para a formação de termos. Com essa finalidade, foram realizados três congressos e/ou colóquios, sendo: o Congresso Internacional de Botânica, realizado em Paris, 1867, que propôs normas de nomenclatura à Botânica; o Congresso Internacional de Zoologia, realizado em Paris, 1889, que propôs normas de nomenclatura à Zoologia; e a Conferência de Geneva, realizada em 1892, criada para “[...] examinar a nomenclatura de produtos químicos orgânicos e tentar produzir regras unificadas” (THURLOW, 1998, p. 103, tradução nossa). Como pode ser observado até os dias atuais, o sistema desenvolvido no século XIX pela Botânica, Zoologia e Química ainda é amplamente utilizado.

Analisando-se a trajetória da Terminologia no século XXI, pode-se identificar, segundo Cabré Castellví, quatro períodos fundamentais: “de 1930 a 1960 (origens), de 1960 a 1975 (estruturação), de 1975 a 1985 (eclosão), e a partir de 1985 (expansão)” (CABRÉ, 1993, p. 28 APUD BARROS, 2004, p. 35). A essa colocação, Barros (2004) propõe um pequeno acréscimo: “a partir de 1985 e toda a década de 1990 (expansão) e desta última aos dias atuais (reflexão e mudança de paradigma)” (BARROS, 2004, p. 35).

1930-1960 - As origens da Terminologia, na qualidade de disciplina científica [...] dão-se na Alemanha, com Wüster, e na ex-URSS, com Lotte. Aparecem os primeiros trabalhos que procuram delinear o arcabouço teórico e a metodologia do novo campo das ciências. Dá-se ênfase ao caráter sistemático das terminologias.

1960-1975 - [...] surgem os primeiros bancos de dados terminológicos [...]; as técnicas documentais de recuperação da informação evoluem consideravelmente [...]. A Terminologia adquire dimensões internacionais e a abordagem normativa das línguas e das tecnologias desenvolve-se de modo expressivo.

1975-1985 - Esse período é marcado [...] pela proliferação de políticas de planejamento linguístico e pela popularização da informática. A Terminologia desempenha papel importante em processos de normalização e harmonização terminológicas, de modificação de línguas por meio da modernização vocabular e da transmissão de conhecimentos científicos e técnicos.

A partir de 1985 e toda a década de 1990 - [...] caracterizam-se pela expansão territorial e científica da Terminologia. [...]. Diversificam-se os temas tratados, proliferam projetos de obras terminográficas especializadas em domínios vários [...]. Década de 1990 aos dias atuais - Os pressupostos teóricos e metodológicos da Terminologia são colocados à prova e passam, neste momento, por revisões gerais no mundo todo. Questionamentos a respeito do modelo normalizador da Terminologia conduzem à Socioterminologia [...] e à proposta de um novo paradigma, expresso pela TCT [...] (BARROS, 2004 p. 35-36).

Localizando-se a Terminologia enquanto disciplina que, inevitavelmente, passa por transformações e mudanças de paradigmas no decorrer da história, chega-se à conclusão que essa, ao mesmo tempo que sofre a influência do período em que se insere, influencia na produção de conhecimento do mesmo, decorrendo, uma relação mutualística.

3.1.2 Teoria Geral da Terminologia

O objetivo desta seção é apresentar, brevemente, uma das teorias de maior relevância à Terminologia: a TGT. A TGT, sistematizada pelo engenheiro alemão Eugen Wüster (1898–1977), foi publicada postumamente em 1979 na Alemanha, pelo terminólogo Helmut Felber como *Einführung in die Allgemeine Terminologielehre und Terminologische Lexikographie*. Apesar da publicação basilar desta teoria ter ocorrido apenas em 1979, pode-se perceber desde os anos 1930 a influência do pensamento wüsteriano à Terminologia (CABRÉ CASTELLVÍ, 2003).

A proposta da TGT é relacionada diretamente às necessidades manifestadas por cientistas e técnicos, no contexto em que foi criada: garantir a comunicação científica ou técnica. Por esse objetivo, o de assegurar a comunicação especializada, a TGT preocupava-se quanto ao estabelecimento de metodologias para o tratamento de unidades terminológicas, baseando-se no princípio de que os termos são denominações de conceitos (KRIEGER; FINATTO, 2004). Pode-se caracterizar a TGT como uma proposta teórica de ordem prescritiva.

Por esse viés, Wüster (1998) acreditava que a língua de uma área técnica ou científica se opunha à língua geral. Partindo de uma visão positivista de ciência em que os conceitos científicos são imutáveis, Wüster (1998) determina que um conceito corresponde a um termo, eliminando a influência de variações à Terminologia. Dessa forma, Terminologia seria uma disciplina autônoma cujo objeto são os termos.

3.1.2 Teoria Comunicativa da Terminologia

O objetivo desta seção é apresentar, brevemente, uma das teorias de maior relevância à Terminologia: a TCT. A TCT, formulada por Maria Teresa Cabré Castellví (1947–), em 1992, contrapondo o caráter prescritivo da TGT, defendeu a valorização dos aspectos comunicativos em detrimento dos propósitos normalizadores da terminologia de Wüster. Para a TCT, “[...] uma unidade lexical pode assumir o caráter de termo em função de seu uso em um contexto e situação determinados” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 35), ou seja, *a priori* não existiriam termos; o termo viria a existir apenas em um contexto específico, no caso na comunicação técnica ou científica; ela vê a terminologia como algo representante da diversidade que os léxicos especializados podem conter.

A TCT articula-se nos fundamentos epistemológicos que valorizam os aspectos

comunicativos das linguagens especializadas, em detrimento dos propósitos normalizadores, assim como compreendem que as unidades terminológicas são parte da linguagem natural e são regidas pela gramática das línguas. Postula, por exemplo, *a priori*, que não há termos, nem palavras, somente unidades lexicais, que adquirem estatuto terminológico assim que se inserem nas comunicações especializadas. Portanto, “uma unidade lexical pode assumir o estatuto de termo em função de seu uso em contexto ou situação determinados” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 35).

Assim, decorrente da compreensão de que o termo constitui-se num elemento natural das línguas naturais, sofrendo todas as implicações sistêmicas e contextuais como qualquer palavra da língua, fica clara a aceitação da variação em toda a sua dimensionalidade.

Corroborando esse novo posicionamento em relação aos termos, Barros (2004, p. 57) esclarece que “a TCT considera o signo terminológico como uma unidade linguística composta de forma e conteúdo indissociáveis.” Desta maneira, pode-se assumir que, sem um contexto, ou seja, fora do discurso, as unidades léxicas não possuem estatuto nem de palavras nem de termos: são simplesmente unidades léxicas. A unidade lexical passa a ser termo com o *uso* dentro de um contexto específico de comunicação.

Assim, a nova teoria proposta por Cabré, que se opõe à TGT de Wüster, apresenta uma visão comunicativa da linguagem. O foco prioritário da problemática do conceito é descartado, passando a priorizar os termos como unidades linguístico- comunicacionais.

3.2 O FENÔMENO DA VARIAÇÃO ENTRE TERMOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

“O modo como uma língua designa determinado conceito decorre da visão de mundo de seus falantes” (OLIVEIRA, 2015, p. 31). Para Silva O. (2008, p. 113), o estabelecimento de equivalências entre duas línguas é árduo, requerendo-se muito cuidado para não se propor “equivalências errôneas ou equivalências que, a princípio, podem parecer absolutas, mas que possuem matizes peculiares a uma ou a outra língua que as distanciam em dados contextos”. Portanto, encontrar a equivalência perfeita entre duas línguas, nem sempre é possível.

A falta de coincidência pode se dar não somente no sentido de que o recobrimento conceptual seja apenas parcial ou não se produza. É possível, inclusive, que o próprio conceito não exista em algumas das línguas tratadas, dado que uma mesma realidade extralinguística pode ser analisada de pontos de vista muito divergentes em línguas diferentes, a partir dos profundos e complexos laços que existem entre estrutura da língua e visão de mundo (ALPÍZAR-CASTILLO, 1997, p. 102).

Tazawa (1998, p. 17, grifo do autor) postula diferentes entendimentos sobre **equivalentes** e que isso caracteriza-se como um dos principais problemas da lexicografia bilíngue.

Para Fuentes Morán (1997, p. 80), um equivalente é um **nó** terminal através do qual se proporciona a informação sobre o significado da unidade léxica representada pelo tema. Portanto, nesse sentido, segundo a autora, as unidades léxicas da língua de destino, apresentadas como equivalentes, possuem a mesma função que as explicações de significado (ou definições) de um dicionário semasiológico monolíngue.

Segundo Felber (1987), entre termos de duas línguas pode se dar equivalência perfeita, interseção, superioridade e não-equivalência dos conceitos.

Robert Dubuc apresenta outra proposta, a qual divide os graus de equivalência entre equivalentes e correspondentes. Segundo ele, os equivalentes são os que “apresentam uma identidade completa de sentido e de uso em um mesmo domínio de aplicação” (DUBUC, 1992, p.55)

4 METODOLOGIA

Para produzir uma obra de qualidade, que seja realmente útil ao usuário, é preciso adotar metodologias de pesquisa e de trabalho que sejam coerentes. É preciso, enfim, refletir sobre a natureza do trabalho e buscar apoio e embasamento para as decisões que se tomem.

(KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 127).

A confecção de uma obra terminológica é árdua, necessitando de um estabelecimento claro de uma metodologia concisa. Neste capítulo, descrever-se-á aspectos metodológicos outrora aplicados ao Trabalho de Conclusão de Curso, sendo estes: a caracterização da pesquisa (quanto à finalidade, ao tipo, à origem de dados, à natureza), a escolha da teoria concernente à Terminologia para a definição de princípios, a escolha do método de análise de equivalência e o planejamento da pesquisa terminológica.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O objetivo desta seção é apresentar ao leitor as características da pesquisa. A pesquisa é um “processo através do qual a **ciência** busca dar resposta aos **problemas** que se lhe apresentam” (APPOLINÁRIO, 2011, p. 145, grifo do autor). Concomitantemente, a pesquisa é uma extensa gama de termos referentes as pesquisas, nas mais diversas áreas científicas (APPOLINÁRIO, 2011). Quando se selecionou alguns termos – referentes à pesquisa – em detrimento de outras, circunscreveu-se métodos científicos para a realização da mesma. Por esse viés, este Trabalho de Conclusão de Curso caracterizou-se, quanto a finalidade, como uma pesquisa básica (ou fundamental), sendo esta uma “**pesquisa** cujo objetivo principal é o do avanço do **conhecimento científico**, sem nenhuma preocupação *a priori* com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos” (APPOLINÁRIO, 2011, p. 146, grifo do autor), pois o processo de constituição e caracterização de termos de uma área técnica ou científica é lento, exigindo extensos debates entre especialistas e pesquisadores atuantes à área⁴⁰.

Quanto ao tipo, caracterizou-se como uma pesquisa descritiva, sendo esta uma “**pesquisa** na qual o pesquisador limita-se a descrever o **fenômeno** observado, sem inferir relações de causalidade entre as **variáveis** estudadas” (APPOLINÁRIO, 2011, p. 147, grifo do autor), visto que, como descrito anteriormente nos objetivos da pesquisa, circunscreveu-se um

⁴⁰ Como exemplo, cita-se o Dicionário de Dermatologia. Elaborado sob a coordenação da Prof^ª. Dr^ª. Lidia Almeida Barros, foi “[...] fruto de seis anos de pesquisas” (BARROS, 2009, [s.p.]), totalizando cerca de 60 subprojetos.

estudo sobre as características das relações de equivalência entre as definições dos termos da NOBRADE e sua dimensão aplicada.

Quanto à origem de dados, a pesquisa utilizou-se de fontes documentais, pois “quando a unidade do que é pesquisado é um documento (livros, revistas, filmes em VHS ou DVD, CDs ou fitas de áudio, prontuários arquivados, diários manuscritos, mapas, fotografias etc.), chamamos o estudo de **pesquisa documental**” (APPOLINÁRIO, 2012, p. 65, grifo do autor). A fonte, como mencionado anteriormente, foi a Norma Brasileira de Terminologia Arquivística.

Quanto à natureza, definiu-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, pois esta é uma “modalidade de **pesquisa** na qual os **dados** são coletados através de interações sociais [...] e analisados subjetivamente pelo pesquisador” (APPOLINÁRIO, 2011, p. 149–50, grifo do autor), visto que se realizou uma interpretação a partir de uma teoria sobre ruídos terminológicos.

Ademais, a pesquisa configurou-se como um estudo exploratório, sendo este um “estudo que tem por objetivo aumentar a compreensão de um **fenômeno** ainda pouco conhecido, ou de um **problema de pesquisa** ainda não perfeitamente delineado” (APPOLINÁRIO, 2011, p. 75, grifo do autor), visto a existência de poucos (ou inexistência) de trabalhos com a temática voltada à terminologia arquivística.

4.2 ESCOLHA DO MODELO TEÓRICO

A análise dos termos pela TCT deu-se pela insuficiência do modelo teórico preconizado pela TGT, a não postulação da Socioterminologia enquanto teoria por alguns especialistas e a ausência de recursos bibliográficos em língua portuguesa quanto à TST⁴¹.

Ao justificar a escolha da teoria proposta por Maria Teresa Cabré Castellví, leva-se em consideração a seguinte assertiva:

A construção de uma teoria que descreve e explica adequadamente a Terminologia, pressupõe que a Terminologia, em geral, e, portanto, suas unidades, são multidimensionais e que considerá-la assim requer o respeito a essa multidimensionalidade. Mas como é impossível abordar as muitas faces de uma unidade multidimensional de uma só vez, minha abordagem tem sido a de desenvolver

⁴¹ Os únicos livros sobre Terminologia publicados em língua portuguesa foram: BARROS, Lídia Almeida. **Curso Básico de Terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2004. [Acadêmica: 54] e KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à Terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Editora Contexto, 2004. Ambos, porém, trazem consigo noções introdutórias acerca à TST, excluindo assim, a metodologia à aplicação da mesma.

meios separados de acessar essa unidade (CABRÉ CASTELLVÍ, 2003, p. 192–93, tradução nossa).⁴²

A seleção de um ponto de acesso pressupõe “uma teoria específica para essa porta ou entrada, suficientemente ampla para respeitar a multidimensionalidade do objeto. Portanto, terminologia torna-se central espaço multidimensional que possui vários pontos de acesso” (CABRÉ CASTELLVÍ, 2003, p. 193, tradução nossa)⁴³.

Ademais, para a realização da pesquisa, levando em consideração os apontamentos de Cabré (2003), então, julgou-se pertinente o uso do modelo teórico preconizado pela TCT.

4.3 PLANEJAMENTO DA PESQUISA TERMINOLÓGICA

É de extrema importância o planejamento do reconhecimento terminológico à aplicação da dimensão aplicada da Terminologia: a confecção de obras. Sendo o primeiro passo concreto na produção de uma obra de referência, para Krieger e Finatto (2004, p. 129):

[...] as unidades linguísticas estudadas e registradas num acervo mantêm relações tanto sintagmáticas quanto paradigmáticas com outras unidades, e que, de algum modo, essas relações precisam ser preservadas quando se transpõe um termo de um texto-fonte para um outro ambiente de texto como é o dicionário.

Por isso, não só **itens** como também relações de sentido e pertinências devem ser levados em conta no momento de reconhecimento que tem por objetivo a composição de um glossário. Após um reconhecimento inicial, a publicação de um glossário ou dicionário será a fase final de um processo, geralmente longo, integrado por uma sequência de etapas de pesquisa e de trabalho.

A identificação de uma terminologia é um procedimento complexo e que não se reduz a um conhecimento simplificado de uma lista de unidades lexicais. Vai muito além disso e encaminha-se em direção ao reconhecimento de toda uma linguagem que acontece sob um figurino diferenciado (KRIEGER; FINATTO, 2004). Nesse sentido, delimitou-se como objeto de estudo os termos constantes ao glossário da Norma Brasileira de Descrição Arquivística, em

⁴² “The construction of a theory which adequately describes and explains terminology presupposes that terminology in general, and hence its units, is multidimensional and that accounting for it requires respecting this multidimensionality. But since it is impossible to approach the many facets of a multidimensional unit all at once, my approach has been one of developing separate means of accessing this unit”

⁴³ “The selection of one access point presupposes a theory specific to this “door” or entry which is sufficiently broad to respect the multidimensionality of the object. In this approach terminology becomes the centre of a multidimensional space with various access points”

decorrência do curto espaço de tempo de realização do trabalho (meio ano de pesquisa). As definições expostas nos glossários, ademais, contemplam uma dimensão teórica, visto que possuem uma metodologia à sua elaboração.

4.4 PREPARAÇÃO INICIAL

A pesquisa foi elaborada sob a constituição de um *corpora* textual, sendo:

- a. *Corpus* textual originalmente escrito em português-brasileiro – conta com o glossário da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, totalizando 41 termos.

Contudo, como forma de delimitação da pesquisa, foram elencados e analisados os 10 primeiros termos que aparecem dentro do glossário da NOBRADE.

4.5 ELABORAÇÃO DAS FICHAS TERMINOLÓGICAS

Para Krieger e Finatto (2004, p. 136), a importância das fichas terminológicas é imprescindível, visto que “a ficha terminológica é um elemento de grande importância na organização de repertórios de terminologias”. Podendo ser definida como um registro dos dados ou metadados das informações inerentes a um termo, ela é “um registro completo e organizado de informações referentes a dado termo”. Ainda, segundo as autoras, a ficha terminológica “constitui [...] um núcleo de informações acerca de um termo ou expressão sob estudo” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 136). Ademais, postulam que “cada trabalho [terminológico], em suas especificidades, pode exigir um tipo distinto de ficha terminológica. Desse modo, não se pode imaginar que haja um modelo único de ficha que pudesse atender a todas as especificidades dos diferentes trabalhos” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 136).

Complementando o estabelecido por Krieger e Finatto (2004), Barros (2004) estipula, em um primeiro momento, a utilização de “**fichas de recolha** (ou **de citação**)” (BARROS, 2004, p. 211, grifo do autor). Nessas, segundo a autora, “são registrados a unidade linguística em estudo, um exemplo de seu uso na língua, uma definição ou uma ilustração do objeto designado” (BARROS, 2004, p. 211). De acordo com a autora, estas podem ser classificadas em dois diferentes tipos: “**ficha de identificação** ou **ficha de citação inteira**” (BARROS, 2004, p. 211, grifo do autor): a ficha de identificação, portanto, “registra a unidade terminológica, a fonte (referência bibliográfica completa) e, eventualmente, a indicação de que o texto-fonte dá

uma definição ou apresenta uma ilustração” (BARROS, 2004, p. 211); já a ficha de citação inteira “registra os mesmos dados que a primeira e, ainda, o contexto e a ilustração” (BARROS, 2004, p. 211).

A ficha terminológica de trabalho estabelecida por Cabré Castellví (1999) foi usada como base para a realização do trabalho (Tabela 1).

Quadro 1 – Ficha terminológica de extração utilizada pelo Serviço de Idiomas da Catalunha, Universidade de Barcelona

1 Entrada		
2 Categoria Gramatical	3 Campo de Estudos	4 Descrição do Contexto
5 Definição/Contexto		
6 Referência		7 Autor/Data

Fonte: (CABRÉ CASTELLVÍ, 1999, p. 122).

A definição dos campos das fichas, segundo Cabré Castellví (1999, p. 122, tradução nossa), correspondem, respectivamente, à:

1 Entrada – a entrada, correspondendo ao segmento terminológico encontrado no texto, como aparece ou em uma forma regularizada lexicográfica, sua forma **regular**⁴⁴.

2 Categoria gramatical – a categoria gramatical, que é deduzido da forma em que é utilizado no texto⁴⁵

3 Campo de estudos⁴⁶

4 Descrição do Contexto⁴⁷

5 Definição/Contexto – o contexto em que aparece⁴⁸

6 Referência – a referência completa da fonte do documento.⁴⁹

7 Autor/Data⁵⁰

Considerando, portanto, as peculiaridades do trabalho realizado, a ficha terminológica utilizada, em um primeiro momento, reúne as necessidades do trabalho. Os campos foram definidos seguindo os preceitos estabelecidos pela ficha terminológica de Maria Teresa Cabré. Contudo, com algumas alterações.

⁴⁴ “Entry – the entry, corresponding to the terminological segment found in the text, as it appears or in a regularized lexicographic form, its **canonical** form” (CABRÉ CASTELLVÍ, 1999, p. 122, grifo do autor).

⁴⁵ “Grammatical category – the grammatical category, which is deduced from the form in which it is used in the text” (CABRÉ CASTELLVÍ, 1999, p. 122).

⁴⁶ “Subject field” (CABRÉ CASTELLVÍ, 1999, p. 122).

⁴⁷ “Description of Contest” (CABRÉ CASTELLVÍ, 1999, p. 122).

⁴⁸ “Definition/Context - the context in which it appears” (CABRÉ CASTELLVÍ, 1999, p. 122).

⁴⁹ “Reference - the complete reference of the source document” (CABRÉ CASTELLVÍ, 1999, p. 122).

⁵⁰ “Author/Date” (CABRÉ CASTELLVÍ, 1999, p. 122).

Ao adaptarmos a ficha terminológica proposta por Cabré, chegou-se à seguinte ficha terminológica:

Quadro 2 – Ficha terminológica de extração de termos

1 Termo		
2 Classe Gramatical	3 Área	4 Idioma
5 Definição		
6 Aplicação		
7 Fonte do Termo	8 Número de Aparições	9 Comentários

Fonte: (a autora).

Os campos utilizados na tabela correspondem, respectivamente à:

1. Termo: o termo em si.
2. Classe gramatical: classe gramatical a qual o termo pertence.
3. Área: área de concentração do termo. Para esta pesquisa, todos os termos tem como área de concentração a Arquivologia.
4. Idioma: idioma a que o termo pertence. Para esta pesquisa, todos os termos tem como idioma o Português brasileiro (PB).
5. Definição: definição do termo. Para a pesquisa, todas as definições foram extraídos do glossário da NOBRADE.
6. Aplicação: todas as aplicações do termo. Para a pesquisa, esta área é dividida em itens, visto que toda a utilização do termo na norma será retratada
7. Fonte do termo: fonte do termo utilizado. Para a pesquisa, todos os campos referem-se à NOBRADE.
8. Número de aparições: número de vezes em que o termo é aplicado dentro do corpo da Norma.
9. Comentários: área não obrigatória, pode conter algumas observações.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Você não vê que a verdadeira finalidade da Novafala⁵¹ é estreitar o âmbito do pensamento? No fim teremos tornado o pensamento-crime⁵² literalmente impossível, já que não haverá palavras para expressá-lo. Todo conceito de que pudermos necessitar será expresso por apenas uma palavra, com significado rigidamente definido, e todos os seus significados subsidiários serão eliminados e esquecidos. (ORWELL, 2009, p. 56).

O romance distópico “1984”, de autoria de George Orwell, apresenta ao leitor uma sociedade mergulhada no totalitarismo. Nesta, a liberdade individual corresponde à anulação do indivíduo, utilizando-se como ferramenta de dominação a alteração dos sentidos e significados da linguagem.

De certa maneira, o quadro apresentado na obra, apesar de extremo, retrata nuances da realidade: o controle do léxico configura-se como uma ferramenta política de valiosa importância. Ao controlar (ou tornar impossíveis) os meios de expressão de pensamentos e ideias, estabelece-se uma dominação ideológica estruturada em níveis cognitivos do indivíduo. Nesse sentido, o controle de uma linguagem especializada pode ser considerado como tão ou mais político que o controle do léxico comum, visto que, além de retratar o ambiente social, a linguagem especializada retrata os conhecimentos técnico-científicos de um campo do saber. Concernente a isso, os problemas relacionados à variação de termos e sua consequente equivalência tornam-se, de maneira silenciosa, ferramentas de dominação ideológica.

Em suma, ao adentrar na problemática do controle do léxico especializado o indivíduo encontra-se diante de questões relativas à equivalência de termos. A solução, contudo, é ambígua e os debates acerca da temática comportam diferentes vertentes teóricas.

Com vistas à inicialização de debates sobre a equivalência de termos técnico-científicos voltados à Arquivologia, o presente capítulo apresenta os resultados alcançados com a pesquisa. A pesquisa, baseada fortemente pelos princípios estabelecidos pela TCT, fixou-se na aplicação de fichas terminológicas de extração, para a contextualização dos termos *in loco*, ou seja, seu *habitat* natural: o texto técnico-científico.

Como a Norma foi revisada à exaustão, julgou-se pertinente a não inclusão de alguns itens quanto à pesquisa. Ademais, cabe ressaltar a existência de Itens dentro da área 6, de cada ficha terminológica. Portanto, quando forem realizadas citações contendo a palavra “item”, estes referem-se ao Item de cada ficha terminológica.

⁵¹ Idioma fictício criado por George Orwell ao livro 1984.

⁵² Palavra inventada por Orwell, que significa ‘possuir pensamentos inaceitáveis’.

O termo **acervo**, encontrado 59 vezes na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, foi analisado em 56 casos diferentes. Justifica-se, pois, como forma de evitar repetições, visto que, a análise proposta é relacionada ao conteúdo presente no glossário e sua respectiva aplicação; o termo em si, também, não foi analisado no índice remissivo da obra. Porém, como forma de evidenciar a dissonância encontrada no significado de **acervo**, realizou-se uma análise do termo presente no índice **gestão do acervo** (Item 52), pois **gestão do acervo** refere-se à gestão da totalidade dos documentos de uma entidade custodiadora. Contudo, em oposição, a gestão documental deve abarcar apenas as fases correntes e intermediárias do documento, sendo o arranjo encarregado do manuseio aos documentos permanentes, segundo a Lei n. 8.159/1991.

Ademais, percebeu-se o uso do termo **acervo** como sinônimo de **nível de descrição** (Itens 1, 2, 3, 10, 11 etc.). O termo **acervo** enquanto **nível de descrição** define-se como “um dos seis principais níveis de descrição” (Item 1), entretanto não precisa, obrigatoriamente, ser implementado (Item 3), ocasionando certo descompasso entre as afirmações. A própria definição do termo **nível de descrição** não abarca o conceito de **acervo** enquanto um nível de descrição. Neste sentido, a definição proposta pelo glossário da NOBRADE se tornou insuficiente, não refletindo a realidade do significado e uso do termo.

Constatou-se, também, alguns usos dissonantes do termo, como em: “totalidade do acervo” (Item 3), “acervo predominantemente textual” (Item 15), “acervo do qual, no seu todo” (Item 18), “parcelas do acervo original” (Item 26), “acervos documentais” (Item 32), “acervo museográfico” (Itens 48 e 51), “acervo bibliográfico” (Item 49) e “acervo arquivístico” (Item 50). A assertiva encontra razão quando, ao serem comparadas com a definição proposta no glossário da NOBRADE (“totalidade de documentos de uma entidade custodiadora”), tais expressões encontram interferência em seu significado. Portanto, a afirmação de totalidade de acervo ou acervo do qual, no seu todo é redundante, pois acervo já é a totalidade, assim como a afirmação de acervos documentais, visto que acervos são compostos por documentos. Acervo predominantemente textual encontra-se, igualmente, no quadro de redundância, pois a totalidade de documentos não pode ser predominantemente textual. Neste último caso, percebeu-se o uso do termo **acervo** como **documentos integrantes ao acervo**.

Ademais, à definição proposta pelo glossário da NOBRADE, não são informados critérios para a divisão da totalidade dos documentos de uma entidade custodiadora. Portanto, ao se definir a divisão do acervo em acervo arquivístico, acervo bibliográfico ou acervo museográfico, ocorre uma divisão não natural de um todo, que é o próprio acervo.

A Norma realiza orientações, também, quanto à descrição da natureza de acumulação de um acervo, ou seja, se fundo ou coleção, apesar de (Item 5) não fazer menções à organicidade documental. Por consequência da análise da natureza de acumulação de um acervo, levantaram-se algumas questões pertinentes: acervos, concomitantemente, podem produzir documentos de forma orgânica (fundo) e de forma artificial (coleção). Exemplo disso é a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que além da documentação produzida e recebida no decorrer de suas atividades⁵³, possui em sua custódia a documentação concernente ao Museu Gama D’Eça⁵⁴. Entretanto, não há referências na Norma às descrições possíveis, quando a natureza de acumulação de uma instituição custodiadora for dupla (fundo e coleção).

Em última análise, o termo **acervo** é empregado como sinônimo dos termos **fundo** e/ou **coleção**, vide Itens 28, 29, 30, 31, 40, 41 e 42. Cabe ressaltar que, **acervo** considerar-se-á sinônimo de **fundo** quando, a totalidade da documentação de uma entidade custodiadora tenha por características a organicidade e naturalidade de acumulação. Os casos expostos pela NOBRADE, entretanto, não se relacionam à totalidade dos documentos de uma entidade custodiadora, mas sim, a algumas parcelas do acervo.

Quadro 3 – Ficha terminológica de extração do termo "acervo"

(continua)

1) Acervo		
2) Subst. masc.	3) Arquivologia	4) PB
5) totalidade de documentos de uma entidade custodiadora.		
6)		
1. “Considera-se a existência de seis principais níveis de descrição, a saber: <u>acervo</u> da entidade custodiadora (nível 0) [...]” (p. 11).		
2. “São admitidos como níveis intermediários o <u>acervo</u> da subunidade custodiadora (nível 0,5), [...]” (p. 11).		
3. “Nem todos os níveis precisam ser implementados: o nível 0 é útil para descrições gerais da totalidade do <u>acervo</u> de uma entidade custodiadora [...]” (p. 11).		
4. “[...] o nível 0,5 somente cabe quando a entidade custodiadora dispõe de subunidades administrativas que custodiam <u>acervos</u> e dão acesso a eles em diferentes endereços [...]” (p. 11).		
5. “Data de Acumulação – elemento de identificação cronológica que leva em consideração variantes da história de formação do <u>acervo</u> como herança de fundos, sucessão arquivística e aquisições por compra ou doação” (p. 14).		
6. “Entidade Custodiadora – entidade responsável pela custódia e acesso a um <u>acervo</u> ” (p. 15).		

⁵³ “art. 23. Consideram-se integrantes do acervo arquivístico da UFSM, todos os documentos, de qualquer tipo, natureza ou suporte, inclusive os digitais, produzidos, recebidos e acumulados no decurso das atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da UFSM” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2012).

⁵⁴ Informação retirada do *website* da Universidade Federal de Santa Maria (2018).

Quadro 3 – Ficha terminológica de extração do termo "acervo"

(continua)

- 6)
7. “Nível de Arranjo – posição dos documentos em uma estrutura hierarquizada de organização de um acervo” (p. 16).
8. “Nível de Descrição – posição da unidade de descrição em uma estrutura hierarquizada de organização de um acervo” (p. 16).
9. “[...] para o acervo da entidade custodiadora Museu Nacional (Brasil), nível 0” (p. 21).
10. “No nível de descrição 0 (acervo da entidade custodiadora), registre como título o nome da entidade” (p. 22).
11. “São considerados seis principais níveis de descrição, a saber: nível 0 = acervo da entidade custodiadora [...]” (p. 26).
12. “São admitidos níveis intermediários, representados da seguinte maneira: acervo da subunidade custodiadora = nível 0,5 [...]” (p. 26).
13. “[Dimensão e Suporte] constitui informação estratégica para planos de pesquisa e gestão do acervo [...]” (p. 27).
14. “O registro normalizado das dimensões permite obter somatórios, propiciando políticas e ações de reprodução, de conservação e de organização de acervos [...]” (p. 27).
15. “Em caso de acervo predominantemente textual e na ausência de informação discriminada dos demais gêneros que compõem o acervo, deve-se indicar as dimensões em metros lineares” (p. 27).
16. “O produtor é a entidade singular ou coletiva responsável, em última instância, pela acumulação do acervo” (p. 30).
17. “Apesar de o produtor do acervo poder ser autor de boa parte dos documentos que o integram, produtor e autor devem ser considerados figuras distintas” (p. 30).
18. “No nível de descrição 1 (fundo/coleção), dado um acervo do qual, no seu todo, se reconheça apenas um produtor registrar seu nome, obedecendo a regras e convenções [...]” (p. 30).
19. “No nível de descrição 1 (fundo/coleção), dado um acervo que contenha documentos de vários produtores, indique todos os seus produtores” (p. 30).
20. “Se o acervo tiver mais de um produtor e sua organização preservar nos níveis de descrição 2 a 3 a parcela correspondente a um ou mais de um deles, registre o(s) nome(s) desse(s) produtor(es) no(s) nível(eis) pertinente(s)” (p. 31).
21. “Dado um acervo cujo produtor teve o nome alterado ao longo do tempo, registre os sucessivos nomes, desde que justificados pelas datas-limite do acervo [...]” (p. 31).
22. “Este tipo de dado [identificação da natureza jurídica e o seu âmbito de ação] corresponde, na ISAAR (CPF), ao **Status legal** e constitui informação que facilita o rastreamento do acervo ou de parcelas de acervo de produtores com perfis específicos” (p. 32).
23. “[...] identifique a natureza da acumulação do acervo e registre sucessivas transferências de propriedade e custódia [...]” (p. 34).
24. “Este elemento [História Arquivística] serve para o registro de informações que contextualizam tecnicamente um acervo. Assim, nos níveis de descrição 0 e 1, cabe informar a natureza de sua acumulação (fundo ou coleção), a história da gestão da unidade de descrição antes de sua entrada na entidade custodiadora, bem como tratamentos técnicos anteriores [...]” (p. 34).
25. “No nível de descrição 1, identifique se o acervo descrito é um fundo ou uma coleção” (p. 35).
26. “Informe sobre destinações distintas dadas a parcelas do acervo original relacionadas à unidade de descrição” (p. 35).

Quadro 3 – Ficha terminológica de extração do termo "acervo"

(continua)

- 6)
27. “[...] durante a realização do Guia de Acervos Privados dos Presidentes da República [...]” (p. 35).
28. “[...] os documentos que ficaram com o prof. Moniz Bandeira foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do acervo, estando igualmente disponíveis para consulta [...]” (p. 35).
29. “[...] fez inúmeras tentativas para preservar e divulgar o acervo [Florian Peixoto] e, em 1917, solicitou a Nilo Peçanha [...]” (p. 36).
30. “[...] novas tentativas, sem êxito, são feitas para organização e publicação do acervo [Florian Peixoto]” (p. 36).
31. “O arranjo dividiu o acervo em dois grandes grupos, Governo Legal e Governo Revoltoso [...]” (p. 36).
32. “[...] no âmbito do projeto de Preservação dos Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República [...]” (p. 36).
33. “Não se tem informação sobre a parcela documental que integra o acervo custodiado pelo Museu Nacional [...]” (p. 36).
34. “[...] Preciosidades do acervo: o mapa das missões de Mojos e Chiquitos. **Anais da Biblioteca Nacional** [...]” (p. 48).
35. “No que diz respeito aos elementos de descrição obrigatórios em sistemas manuais de descrição, recomenda-se cuidar especialmente dos elementos **Produtor (2.1)** e **Título (1.2)** para a geração de índices, desde que as dimensões e a variedade do acervo o justifiquem” (p. 59).
36. “Acervo da entidade custodiadora – Nível 0” (p. 62).
37. “História Arquivística – [...] em 1989, durante a realização do Guia de Acervos Privados dos Presidentes da República, [...]” (p. 65).
38. “História Arquivística – [...] foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do acervo [...]” (p. 65).
39. “História Arquivística – [...] informação sobre a parcela documental que integra o acervo custodiado pelo Museu Nacional [...]” (p. 73).
40. “História Arquivística – [...] fez inúmeras tentativas para preservar e divulgar o acervo [Florian Peixoto] e, em 1917, [...]. Nos anos de 1931, 1933, 1935 e 1937, novas tentativas, sem êxito, são feitas para organização e publicação do acervo” (p. 83).
41. “História Arquivística – [...] o arranjo dividiu o acervo em dois grandes grupos, Governo Legal e Governo Revoltoso [...]” (p. 83).
42. “História Arquivística – [...] âmbito do projeto de Preservação dos Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República [...]” (p. 83).
43. “Sistema de Arranjo – o acervo está organizado em cinco seções: Governo Legal, Revoltosos, Documentos Pessoais, Documentos Complementares e Produção Intelectual. Dentro destas está dividido em séries e subséries” (p. 84).
44. “História Arquivística – [...] o seu acervo foi reunido naturalmente, no próprio Museu Nacional sendo mantido sob [...]” (p. 94–95).
45. “[...] Preciosidades do acervo: O mapa das missões de Mojos e Chiquitos. **Anais da Biblioteca Nacional** [...]” (p. 108).
46. “NÍVEL ACERVO DA ENTIDADE CUSTODIADORA” (p. 115).
47. “Nível de Descrição – (0) acervo da entidade custodiadora” (p. 115).
48. “Âmbito e Conteúdo – acervo museográfico: exsiccatas, fósseis, ossadas, múmias, minerais, meteoritos, espécimes zoológicos, objetos, artefatos e equipamentos de tribos indígenas e de diversos campos do conhecimento – antropologia biológica e social,

Quadro 3 – Ficha terminológica de extração do termo "acervo"

<p>arqueologia, botânica, etnologia, etnografia, linguística, geologia, paleontologia e zoologia. Material sonoro sobre línguas indígenas” (p. 116).</p> <p>49. “Âmbito e Conteúdo – [...] <u>acervo</u> bibliográfico: obras raras, <i>in-folios</i>, mapas, publicações, periódicos e teses sobre ciências naturais e antropológicas (antropologia biológica, antropologia social, arqueologia, botânica, etnologia, filosofia, geologia, história, linguística, paleontologia, sociologia, viagens e expedições científicas, zoologia)” (p. 116).</p> <p>50. “Âmbito e Conteúdo – [...] <u>acervo</u> arquivístico: arquivo institucional (geral, departamentos e projetos) e arquivos e coleções de cientistas” (p. 116).</p> <p>51. “[...]. Thesaurus para <u>acervos</u> museológicos. [...] Coordenadora Geral de <u>Acervos</u> Museológicos, 1987” (p. 118).</p> <p>52. “Gestão do <u>acervo</u>” (p. 121).</p>		
7) NOBRADE	8) 59 vezes	9) Não foram analisados alguns itens: Glossário (p. 14) e Índice (p. 119). Entretanto, para evidenciar a dissonância percebida na utilização do termo no interior da Norma, analisou-se o termo <u>gestão do acervo</u> , presente no Índice.

Fonte: (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004).

O termo arquivo, encontrado 147 vezes na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, foi analisado em 27 casos diferentes. Justifica-se, pois, como forma de evitar repetições, visto que, a análise proposta é relacionada ao conteúdo presente no glossário e sua respectiva aplicação; o termo em si, também, não foi analisado no índice remissivo da obra. Na ficha terminológica não foram listados os nomes próprios de instituições contendo o termo **arquivo** em sua designação. Entretanto, como forma de esclarecimento ao leitor, os nomes das instituições encontradas foram: “Arquivo Nacional” (54 vezes); “Conselho Nacional de Arquivos” (11 vezes); “Conselho Internacional de Arquivos” (11 vezes); “Arquivo Público do Distrito Federal”; “Arquivo Público do Estado de Santa Catarina”; “Arquivo Público do Estado do Pará”; “Arquivo Público Mineiro”; “Arquivo Público do Estado de São Paulo”; “Arquivo Público do Estado do Mato Grosso”; “Arquivo Público do Estado do Ceará”; “Arquivo Público do Estado de Minas Gerais”; “Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul”; “Arquivo Público do Estado do Maranhão”; “Arquivo Público do Estado da Bahia”; “Arquivo Público do Rio Grande do Norte”; “Departamento Estadual de Arquivo Público/Paraná”; “Arquivo Público do Estado do Piauí”; “Arquivo Público Jordão Emerenciano (Pernambuco)”; “Arquivo Público Municipal de Curitiba”; “Departamento Estadual de Arquivo Público (Paraná)” e “Arquivo Histórico do Itamaraty”. Eventos com o termo **arquivo** presente na denominação também

foram encontrados, como “Seminário Ibero-americano de Arquivos”⁵⁵ e “Congresso Internacional de Arquivos”.

Como resultado, percebeu-se que, majoritariamente, o termo **arquivo** refere-se às **instituições custodadoras de documentos**, ou seja, um nome próprio institucional. O caso ganha aceitação quando, no Item 3, é citada a expressão “arquivos estaduais”, referência clara às instituições custodadoras dos estados da Federação.

O termo **arquivo** também é empregado no sentido de **divisão da estrutura administrativa**, como, por exemplo, “Seção de Memória e Arquivo”, pontuado com ênfase nos Itens 12, 19, 21, 23, 24, 25 e 27. Neste sentido, a definição proposta pelo glossário da NOBRADE se provou ineficiente, não abarcando o significado reconhecido.

Ademais, o termo **arquivo** é utilizado como sinônimo de outro termo: **fundo**. A assertiva, fundamentada pelos Itens 6, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 24, 25 e 27, relaciona-se aos arquivos, mais especificamente arquivos pessoais (arquivos em âmbito pessoal). Uma ressalva muito importante, entretanto, é dada à aplicação do termo no Item 2. A tradução “arquivos e manuscritos”, originalmente do inglês norte-americano, foi percebida como um equívoco, visto que a definição de **arquivos** à NOBRADE e à Arquivologia brasileira compreende a definição de **manuscritos**. Sabe-se que à Arquivologia norte-americana, há uma clara distinção entre *archival* e *manuscripts*, dividindo-se a prática do arquivamento e gestão documental em duas profissões distintas, caso que, aplicado ao Brasil, não ocorre. Para sanar tal problema comunicacional no âmbito técnico-científico arquivístico, recomenda-se a adaptação do termo para o Brasil, refletindo os contextos e conceitos vivenciado à Arquivologia brasileira.

⁵⁵ Não estava como um nome próprio. Porém, depois de investigação prévia, relatou-se como nome próprio.

Quadro 4 – Ficha terminológica de extração do termo “arquivo”

(continua)

1) Arquivo		
2) Subst. masc.	3) Arquivologia	4) PB
5) conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza dos suportes.		
6)		
1. “[...] a necessidade de normalização imposta pelo uso de computadores em <u>arquivos</u> se fazia sentir nessa época de maneira cada vez maior. Em 1983, Steven L. Hensen publica o <i>Archives, personal papers and manuscripts: a cataloguing manual for archival repositories, historical societies and manuscripts</i> [...]” (p. 07).		
2. “[...] lançado pela <i>Library of Congress</i> o MARC AMC, formato MARC específico para <u>arquivos</u> e manuscritos [...]” (p. 07).		
3. “A partir de 2004, [a CTNDA] passou a contar também com membros correspondentes, integrantes de <u>arquivos</u> estaduais ou de outras instituições já usuárias da ISAD (G), num esforço de ampliar a discussão por todo o Brasil” (p. 09).		
4. “A CTNDA iniciou os trabalhos promovendo um diagnóstico sobre o grau de normalização dos procedimentos técnicos adotados no tratamento de <u>arquivos</u> em território nacional, procurando identificar equipes que já tivessem tido contato com a ISAD (G) e a ISAAR (CPF) e as aplicassem” (p. 09).		
5. “[...] a norma brasileira advoga a padronização de procedimentos em sistemas de <u>arquivos</u> e/ou em entidades custodiadoras” (p. 10).		
6. “Fundo – conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a <u>arquivo</u> ” (p. 15).		
7. “Produtor – entidade coletiva, pessoa ou família identificada como geradora de <u>arquivo</u> [...]” (p. 16).		
8. “Com o exílio do ex-presidente João Goulart, em abril de 1964, seu <u>arquivo</u> pessoal foi disperso entre alguns antigos [...]” (p. 35).		
9. “[...] determinou que os documentos do <u>arquivo</u> Floriano Peixoto, que estavam na residência da viúva do titular, fossem arrolados para serem publicados na Revista do <u>Arquivo Municipal</u> ” (p. 36).		
10. “Dossiê formado provavelmente em concomitância ao projeto de pesquisa sobre a história do Palácio de São Cristóvão e da Quinta da Boa Vista, preservado no seu conjunto por ocasião da organização do <u>arquivo</u> ” (p. 36).		
11. “[...] Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de <u>Arquivo</u> relativa às Atividades-Meio da Administração Pública [...]” (p. 41).		
12. “MUSEU NACIONAL (Brasil). Seção de Memória e <u>Arquivo</u> . José Feio : inventário [...]” (p. 48).		
13. “O <u>arquivo</u> [João Goulart] foi organizado de acordo com os procedimentos do CPDOC publicados em: [...] Metodologia de organização de <u>arquivos</u> pessoais : a experiência do CPDOC [...]” (p. 56).		
14. “ <u>Arquivo</u> João Goulart – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil ” (p. 64).		
15. “Título – <u>Arquivo</u> João Goulart” (p. 64).		
16. “História Arquivística – com o exílio do ex-presidente João Goulart, em abril de 1964, seu <u>arquivo</u> pessoal foi disperso [...]” (p. 65).		
17. “Unidades de Descrição Relacionadas – parte do <u>arquivo</u> foi doada pela esposa do titular ao <u>Arquivo</u> Nacional (Brasil)” (p. 67).		

Quadro 4 – Ficha terminológica de extração do termo “arquivo”

(conclusão)

6)		
18. “Nota do Arquivista – o <u>arquivo</u> foi organizado de acordo com os procedimentos do CPDOC publicados em: [...] Metodologia de organização de <u>arquivos</u> pessoais : a experiência do CPDOC [...]” (p. 67).		
19. “Instrumentos de Pesquisa – Museu Nacional (Brasil). Seção de Memória e <u>Arquivo</u> . Comissão de Censura Cinematográfica : inventário [...]” (p. 74).		
20. “História Arquivística – [...] determinou que os documentos do <u>arquivo</u> Floriano Peixoto, que estavam na residência da viúva do titular, fossem arrolados para serem publicados na Revista do <u>Arquivo</u> Municipal [...]” (p. 83).		
21. “História Arquivística – [...] em 2002, passou à guarda exclusiva da Seção de Memória e <u>Arquivo</u> do Museu Nacional [...]” (p. 95).		
22. “História Arquivística – [...] José Feio preservou, integrando o seu <u>arquivo</u> , documentos que correspondem a remanescentes dos <u>arquivos</u> de Cândido Firmino de Melo Leitão Júnior e de Carlos Moreira, antecessores do titular no seu campo de estudo específico – a zoologia. Esses documentos permanecem integrando o <u>arquivo</u> , por se ter julgado herança natural e legítima, devido à afinidade científica em termos de objeto de estudo, procurando-se recuperá-la como tal por instrumentos” (p. 95).		
23. “Instrumentos de Pesquisa – Museu Nacional (Brasil). Seção de Memória e <u>Arquivo</u> . José Feio : inventário [...]” (p. 96).		
24. “Unidades de Descrição Relacionadas – entidade custodiadora: Museu Nacional (Brasil). Seção de Memória e <u>Arquivo</u> ” (p. 96).		
25. “Unidades de Descrição Relacionadas – entidade custodiadora: Museu Nacional (Brasil). Seção de Memória e <u>Arquivo</u> ” (p. 100).		
26. “História Arquivística – dossiê formado provavelmente em concomitância ao projeto de pesquisa sobre a história do Palácio de São Cristóvão e da Quinta da Boa Vista, preservado no seu conjunto por ocasião da organização do <u>arquivo</u> ” (p. 101).		
27. “Âmbito e Conteúdo – [...] acervo arquivístico: <u>arquivo</u> institucional (geral, departamentos e projetos) e <u>arquivos</u> e coleções de cientistas” (p. 116).		
7) NOBRADE	8) 147 vezes.	9) O termo aparece listado, predominantemente, como nome próprio de instituição. Não foram analisados alguns itens: Palavras-chave (p. 02), Glossário (p. 14) e Índice (p. 119) e os nomes próprios de instituições e eventos. Contudo, para evidenciar a dissonância encontrada no significado do termo, foram objeto de análise as expressões “Seção de Memória e Arquivo” e “Revista Arquivo Municipal”.

Fonte: (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004).

O termo **autor**, encontrado 13 vezes na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, foi analisado em 11 casos diferentes. Justifica-se, pois, como forma de evitar repetições, visto que, a análise proposta é relacionada ao conteúdo presente no glossário e sua respectiva aplicação; o termo em si, também, não foi analisado no índice remissivo da obra.

O termo **autor** é extremamente relacionado à condição de indicação de responsabilidade, conforme indicado nos Itens 1, 2 e 3. Encontra-se, também, como um subelemento do elemento de descrição Título (Item 6), com exemplos da aplicação da definição nos Itens 7, 8 e 9. Entretanto, na definição apresentada pela NOBRADE, o termo **autor** não aparece vinculado à elementos de descrição.

Quadro 5 – Ficha terminológica de extração do termo "autor"

1) Autor		
2) Subst. masc.	3) Arquivologia	4) PB
5) designação genérica para quem cria um documento.		
6)		
1. “Indicação de Responsabilidade – nome das partes envolvidas no documento no que diz respeito à sua origem e destino, como, por exemplo, <u>autor</u> , destinatário, adotante, agravante, agravado, apelante, apelado, cedente, cessionário, emissor” (p. 15).		
2. “Nos níveis de descrição 4 e 5, o elemento título pode conter indicações de responsabilidade, tais como <u>autor</u> , destinatário, [...]” (p. 22).		
3. “Nos níveis de descrição 4 e 5 (dossiê/processo e item documental), o título pode incluir tipologia, indicação de responsabilidade (como <u>autor</u> , destinatário, emissor, requerente, requerido, outorgante, outorgado, e/ou interveniente etc.) [...]” (p. 22).		
4. “FARIAS, Heitor de – diretor-geral [...]. Diretoria Geral do Expediente – <u>autor</u> ” (p. 23).		
5. “Apesar de o produtor do acervo poder ser <u>autor</u> de boa parte dos documentos que o integram, produtor e <u>autor</u> devem ser considerados figuras distintas” (p. 30).		
6. “A figura do <u>autor</u> seja ela uma pessoa ou uma entidade corporativa (coletiva) é um subelemento do elemento de descrição Título (1.2) indicado nos níveis de descrição 4 (dossiê/processo) e 5 (item)” (p. 30).		
7. “Título – FARIAS, Heitor de – <u>autor</u> – [...]. Diretoria Geral do Expediente – diretor-geral” (p. 80).		
8. “Título – <u>Autor</u> : João da Silva Torres. <u>Autor</u> : João Gonçalves Duarte, almirante” (p. 91).		
9. “Título – <u>Autor</u> : Otávio Gonçalves da Silva” (p. 92).		
7) NOBRADE	8) 13 vezes	9) Não foram analisados alguns itens: Glossário (p. 14) e Índice (p. 119).

Fonte: (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004).

O termo **código de referência**, encontrado 50 vezes na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, foi analisado em 47 casos diferentes. Justifica-se, pois, como forma de evitar repetições, visto que, a análise proposta é relacionada ao conteúdo presente no glossário e sua respectiva aplicação; o termo em si, também, não foi analisado no índice remissivo da obra. Conjuntamente, o termo não foi analisado em sua aplicação no sumário da obra, visto a impossibilidade de contextualização do mesmo.

O **código de referência** constitui-se como um elemento de descrição obrigatório (Itens 2 e 3), sendo caracterizado como “um dos principais pontos de acesso à unidade de descrição”

(Item 4), podendo, inclusive, ser utilizado como um subelemento do elemento de descrição Unidades de Descrição Relacionadas (Itens 12, 21, 22, 25, 26, 37 e 40). Apesar da grande convergência entre o uso do termo na Norma e a definição proposta, não constam como definições tanto as relações entre o termo **código de referência** e o termo **elemento de descrição** quanto termo **código de referência** e o termo **Unidades de Descrição Relacionadas**.

Quadro 6 – Ficha terminológica de extração do termo "código de referência"

(continua)

1) Código de Referência		
2) Subst. masc.	3) Arquivologia	4) PB
5) código elaborado de acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G), destinado a identificar qualquer unidade de descrição.		
6)		
1. “Notação – código de identificação das unidades de arquivamento. Ver também código de referência ” (p. 16).		
2. “Dentre os 28 elementos de descrição disponíveis, sete são obrigatórios, a saber: <u>código de referência</u> [...]” (p. 19).		
3. “ ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO – 1 Área de identificação – 1.1 Código de Referência – objetivo: identificar a unidade de descrição. Regra(s): registre, obrigatoriamente, o código do país (BR), o código da entidade custodiadora e o código específico da unidade de descrição” (p. 20).		
4. “O <u>código de referência</u> constitui um dos principais pontos de acesso à unidade de descrição. Composto de três partes principais, duas delas são determinadas <i>a priori</i> , na sua configuração, pela Norma internacional, e devem se fazer presentes em todos os níveis de descrição. São elas: código do país e código da entidade custodiadora [...]” (p. 20).		
5. “A parte correspondente à especificidade da unidade de descrição deve ser convenionada, cabendo à entidade custodiadora decidir se utilizará no <u>código de referência</u> um código indicativo do fundo ou coleção ao qual a unidade descrita pertence e um código correspondente [...]” (p. 20).		
6. “Caso a entidade custodiadora opte por descrever coletivamente unidades de descrição com características comuns, o nível de descrição deve ser indicado por aproximação, i. e., vários fundos = nível de descrição 01 (fundo); vários dossiês = nível de descrição 04 (dossiê). No <u>código de referência</u> tal situação deve ser registrada pelo uso de um código que indique o conjunto de fundos descritos coletivamente, ou o intervalo de dossiês que está sendo descrito” (p. 26).		
7. “Registre a existência do original na entidade custodiadora, fornecendo o seu <u>código de referência</u> ” (p. 49).		
8. “Quando o original estiver sob a custódia de outra entidade, registre a forma autorizada do seu nome e a respectiva localização geográfica, como, por exemplo, a cidade. Se possível, informe o título do fundo ou coleção e o respectivo <u>código de referência</u> e, se for o caso, outros elementos de caráter complementar, como o sítio na Internet e o endereço eletrônico [...]” (p. 49).		
9. “ <u>Código de Referência – Museu Nacional (Brasil)</u> ” (p. 50).		

Quadro 6 – Ficha terminológica de extração do termo "código de referência"

(continua)

- 6)
10. “Código de Referência – fonte bibliográfica: Vista do Saco do Alfêres – Morro de São Cristóvão – 1836. In: STEINMANN. **Souvenirs do Rio de Janeiro**. 1836. **Museu Nacional (Brasil)**” (p. 50).
 11. “[...] cópia estiver sob a custódia de outra entidade, registre a forma autorizada do seu nome e a respectiva localização geográfica(s), como, por exemplo, a cidade. Se possível, informe o título do fundo ou coleção e o respectivo código de referência, e, se for o caso, outros elementos de caráter complementar, como o sítio na internet e o endereço eletrônico da entidade custodiadora das cópias” (p. 51).
 12. “Registre a existência de unidades de descrição relacionadas na entidade custodiadora, fornecendo o código de referência [...]” (p. 52).
 13. “Quando a unidade de descrição relacionada pertencer a outra entidade, registre a forma autorizada do nome da entidade custodiadora, sua localização geográfica, como, por exemplo, a cidade, e indicações para identificação da unidade (por exemplo, título, fundo, código de referência etc.)” (p. 52).
 14. “Código de Referência – BR MN MN” (p. 52).
 15. “Código de Referência – BR ABL AA RPi” (p. 52).
 16. “No caso de se ter utilizado documentos arquivísticos como fontes de informação para a descrição, registre o(s) código(s) de referência ou notação(ões) do(s) documento(s) utilizado(s)” (p. 56).
 17. “Código de Referência – BR CPDOC JG” (p. 64).
 18. “Código de Referência – BR CPDOC JG e” (p. 68).
 19. “Código de Referência – BR CPDOC JG e 1966 05 05” (p. 70).
 20. “Código de Referência – BR MN CCC” (p. 72).
 21. “Unidades de Descrição Relacionadas – [...] código de referência: BR MN MN” (p. 74).
 22. “Unidades de Descrição Relacionadas – [...] código de referência: BR ABL AA RPi” (p. 74).
 23. “Código de Referência – BR MN CCC.0.CO” (p. 75).
 24. “Código de Referência – BR MN CCC.0.CO,RE” (p. 76).
 25. “Unidades de Descrição Relacionadas – [...] código de referência: BR MN CCC.0.CO,EX” (p. 78).
 26. “Unidades de Descrição Relacionadas – [...] código de referência: BR MN CCC.0.CO,PR” (p. 78).
 27. “Código de Referência – BR MN CCC.0.CO,RE.4” (p. 78).
 28. “Código de Referência – BR MN CCC.0.CO,RE.4/2,f.3” (p. 80).
 29. “Código de Referência – BR AN,RIO Q6” (p. 82).
 30. “Código de Referência – BR AN,RIO Q6.LEG” (p. 85).
 31. “Código de Referência – BR AN,RIO Q6.LEG.ADM” (p. 87).
 32. “Código de Referência – BR AN,RIO Q6.LEG.ADM,MGU” (p. 89).
 33. “Código de Referência – BR AN,RIO Q6.LEG.ADM,MGU.1032” (p. 90).
 34. “Código de Referência – BR AN,RIO Q6.LEG.ADM,MGU.1032/3” (p. 90).
 35. “Código de Referência – BR AN,RIO Q6.LEG.ADM,MGU.1032/3” (p. 92).
 36. “Código de Referência – BR MN JF” (p. 94).
 37. “Unidades de Descrição Relacionadas – código de referência: BR MN MN” (p. 96).
 38. “Código de Referência – BR MN JF.0.MN” (p. 97).
 39. “Código de Referência – BR MN JF.0.MN,DR” (p. 98).

Quadro 6 – Ficha terminológica de extração do termo "código de referência"

(conclusão)

6)		
40. “Unidades de Descrição Relacionadas – [...] código de referência: BR MN MN” (p. 100).		
41. “Código de Referência – BR MN JF.0.MN,DR.108” (p. 100).		
42. “Código de Referência – BR MN JF.0.MN,DR.108/49” (p. 102).		
43. “Código de Referência – BR BN DEA” (p. 106).		
44. “Código de Referência – BR BN DEA MSS” (p. 109).		
45. “Código de Referência – BR BN DEA MSS CD” (p. 111).		
46. “Código de Referência – BR BN DEA MSS CD I-16,2,5” (p. 112).		
47. “Código de Referência – BR MN” (p. 115).		
7) NOBRADE	8) 50 vezes	9) Não foram analisados alguns itens: Sumário (p. 05), Glossário (p. 14) e Índice (p. 119).

Fonte: (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004).

O termo **coleção**, encontrado 75 vezes na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, foi analisado em 73 casos diferentes. Justifica-se, pois, como forma de evitar repetições, visto que, a análise proposta é relacionada ao conteúdo presente no glossário e sua respectiva aplicação; o termo em si, também, não foi analisado no índice remissivo da obra.

Coleção, definida no glossário da NOBRADE como um “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” remete-nos, a pelo menos, dois significados, um deles ausente da definição proposta pela Norma: o conjunto de documentos (como mencionado anteriormente) e o nível de descrição. Justifica-se, pois, tal assertiva pelo fato de que o termo **coleção** enquanto **nível de descrição** (Itens 16 e 17) caracteriza-se como “um dos seis principais níveis de descrição” (Item 3). Ademais, o uso do termo no decorrer do texto explicita a aproximação deste com outro termo associado: **fundo**. Apesar da distinção da natureza de acumulação entre tais conjuntos documentais, o termo **coleção** e o termo **fundo** são considerados sinônimos, conforme apontado no Item 2, sendo correspondentes ao nível de descrição 1 (Itens 3, 11, 13, 16 e 17). É neste sentido que se encontra o duplo significado do termo: enquanto nível de descrição, torna-se sinônimo do termo **fundo**, enquanto conjunto de documentos, diferencia-se.

Coloca-se em evidência tal relação pelo fato do uso da conjunção alternativa **ou**, como em “cabe informar a natureza de sua acumulação (fundo ou coleção)” (Item 19), “título do fundo ou coleção” (Item 41), etc. A conjunção alternativa **ou** indica “alternativa; mais de uma opção; uma coisa em detrimento da outra; uma possível substituição de uma coisa por outras” (DICIO, 2018), ou seja, apesar dos termos serem indicados como sinônimos, são tratados de forma difusa. Uma última ressalva à afirmação, é o fato da possibilidade das particularidades

da natureza de acumulação de **fundos** e **coleções** serem devidamente descritas, por meio da indicação do uso da ISAAR (CPF) para descrição de colecionadores, caso a natureza de acumulação não seja orgânica, e uso do elemento de descrição História Administrativa/Biografia para a “contextualização do eixo temático em que a coleção foi montada” (Itens 18 e 20).

Quadro 7 – Ficha terminológica de extração do termo “coleção”

(continua)

1) Coleção		
2) Subst. fem.	3) Arquivologia	4) PB
5) conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente.		
6)		
1. “Uma das contribuições [da participação do Brasil na reformulação da ISAD (G)] foi a possibilidade de a ISAD (G) ser usada tanto na descrição de fundos quanto de <u>coleções</u> , o que passou a ser expressamente declarado na segunda edição” (p. 08).		
2. “Para efeito de utilização desta Norma, fundo e <u>coleção</u> , conforme definidos no Glossário a seguir, equivalem-se” (p. 11).		
3. “Considera-se a existência de seis principais níveis de descrição, a saber: [...] fundo ou <u>coleção</u> (nível 1) [...]” (p. 11).		
4. “Nem todos os níveis precisam ser implementados: o nível 0 é útil para descrições gerais da totalidade do acervo de uma entidade custodiadora; o nível 0,5 somente cabe quando a entidade custodiadora dispõe de subunidades administrativas que custodiam acervos e dão acesso a eles em diferentes endereços; os demais níveis são utilizados de acordo com a estrutura de arranjo do fundo/ <u>coleção</u> [...]” (p. 11).		
5. “Colecionador – entidade coletiva, pessoa ou família responsável pela formação de uma <u>coleção</u> ” (p. 14).		
6. “Seção – subdivisão da estrutura hierarquizada de organização que corresponde a uma primeira fração lógica do fundo ou <u>coleção</u> , em geral reunindo documentos produzidos e acumulados por unidade(s) administrativa(s) com competências específicas, [...]” (p. 16).		
7. “Série – subdivisão da estrutura hierarquizada de organização de um fundo ou <u>coleção</u> que corresponde a uma sequência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto” (p. 16).		
8. “[...] com exemplos integrais de uso da norma em mais de um nível de um fundo/ <u>coleção</u> ” (p. 19).		
9. “[...] para facilitar a recuperação da informação, recomenda-se, em ambas as possibilidades, a utilização de um código para o fundo ou <u>coleção</u> ” (p. 20).		
10. “[...] cabendo à entidade custodiadora decidir se utilizará no código de referência um código indicativo do fundo ou <u>coleção</u> ao qual a unidade descrita pertence [...]” (p. 20).		
11. “No nível de descrição 1 (fundo), o título deve representar o produtor. No caso de uma <u>coleção</u> , o título deve representar o colecionador ou o tema da <u>coleção</u> ” (p. 22).		
12. “[...] para a <u>coleção</u> Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE, nível 1” (p. 23).		
13. “São considerados seis principais níveis de descrição, a saber: [...] nível 1 = fundo ou <u>coleção</u> [...]” (p. 26).		
14. “[...] para a série Manuscritos, nível 3, da <u>coleção</u> De Angelis” (p. 29).		
15. “Este elemento de descrição [Nome do Produtor] é fundamental para estabelecimento da relação com parcelas do mesmo fundo ou <u>coleção</u> que se achem sob a custódia de outrem,		

Quadro 7 – Ficha terminológica de extração do termo “coleção”

subordinadas a fundos e coleções de outros produtores e também para relacionamento entre produtores diferentes [...]” (p. 30).

16. “No nível de descrição 1 (fundo/coleção), dado um acervo do qual, no seu todo, se reconheça apenas um produtor, [...]” (p. 30).

17. “No nível de descrição 1 (fundo/coleção), dado um acervo que contenha documentos de vários produtores, [...]” (p. 30).

18. “Este elemento [História Administrativa/Biografia] está associado ao elemento **Produtor (2.1)**. Tratando-se de uma coleção, pode servir também para contextualizar o eixo temático em torno do qual ela foi organizada” (p. 32).

19. “[...] assim, nos níveis de descrição 0 e 1, cabe informar a natureza de sua acumulação (fundo ou coleção) [...]” (p. 34).

20. “[...] se coleção, forneça também o nome do colecionador” (p. 34).

21. “No nível de descrição 1, identifique se o acervo descrito é um fundo ou uma coleção” (p. 35).

22. “[...] de uma coleção, registre a forma normalizada do nome do colecionador, de acordo com o prescrito pela ISAAR (CPF)” (p. 35).

23. “[...] condensado de manuscritos da Coleção Pedro de Angelis [...]” (p. 37).

24. “[...] apesar da pequena discrepância entre o catálogo impresso e a coleção entregue por De Angelis, foi lhe passado recibo de forma absoluta e definitiva da aquisição da coleção” (p. 37).

25. “[...] repetia a informação de que a coleção fora recebida [...]” (p. 37).

26. “[...] as fálhas de livros e manuscritos, posteriormente encontradas na Coleção, são devidas às retiradas feitas pelo próprio De Angelis [...]” (p. 37).

27. “[...] para a coleção De Angelis, nível 1” (p. 37).

28. “[...] normalmente presente em níveis de descrição mais gerais (níveis 0 a 3), [a Procedência] pode ser aplicado em níveis mais específicos (níveis de descrição 4 e 5), dependendo da história de integração da unidade de descrição ao fundo ou à coleção” (p. 37).

29. “Coleção comprada pela Biblioteca Nacional em 1853. **Biblioteca Nacional (Brasil)**. Nota: para a coleção De Angelis, nível 1” (p. 38).

30. “[...] para o dossiê I-16,2,5, nível 4, da coleção De Angelis, série Manuscritos, subsérie Códices” (p. 43).

31. “[...] para a coleção De Angelis, nível 1” (p. 45).

32. “[...] para a coleção De Angelis, nível 1” (p. 46).

33. “[...] para o dossiê 516, nível 4, Coleção de Fotografias Avulsas, série Fotografia” (p. 47).

34. “[...] para a coleção De Angelis, nível 1” (p. 48).

35. “[...] este elemento [Existência e Localização dos Originais] não se aplica a cópias parciais ou integrais de um fundo ou coleção sob a custódia da mesma entidade, [...]” (p. 49).

36. “[...] este elemento [Existência e Localização dos Originais] se aplica a situações em que um fundo ou coleção é integral ou parcialmente constituído de documentos em microforma [...]” (p. 49).

37. “[...] se possível, informe o título do fundo ou coleção e o respectivo código de referência [...]” (p. 49).

38. “Fundo/coleção – [Seção Histórica – Inventário da Nacional e Imperial Quinta da Boa Vista, feito por ordem do Ilustríssimo Superintendente da mesma Quinta, Faustino Maria de Lima Fonseca Guterrez (?). 20/12/1833]” (p. 50).

39. “Fundo/coleção –” (p. 50).

40. “[...] para o dossiê I-16,2,5, nível 4, da coleção De Angelis, série Manuscritos, subsérie Códices” (p. 51).

Quadro 7 – Ficha terminológica de extração do termo “coleção”

(continua)

- 6)
41. “[...] informe o título do fundo ou coleção e o respectivo código de referência, e, se for o caso, outros elementos [...]” (p. 51).
42. “[...] este elemento [Unidades de Descrição Relacionadas] pode ser usado como uma ferramenta poderosa para reconstituição de proveniências entre um fundo e documentos de mesmo produtor integrantes de uma coleção” (p. 51).
43. “Fundo/coleção – Museu Nacional (Brasil)” (p. 52).
44. “Fundo/coleção – Roquette-Pinto” (p. 52).
45. “Ver também as Coleções: América do Sul (1784-1832); Bolívia (1768-1810); Chaco (1748-1809); [...]” (p. 52).
46. “[...] para a coleção De Angelis, nível 1” (p. 52).
47. “BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Antecedentes do Tratado de Madri**: jesuítas e bandeirantes no Paraguai (1703-1751) / introdução, notas e sumário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, 1955. 328 p. (Manuscritos da Coleção De Angelis, 5)” (p. 53).
48. “[...] para a coleção De Angelis, nível 1” (p. 53).
49. “[...] para a coleção De Angelis, nível 1” (p. 54).
50. “[...] para o dossiê I-16,2,5, nível 4, da coleção De Angelis, série Manuscritos, subsérie Códices” (p. 55).
51. “[...] para a coleção De Angelis, nível 1” (p. 57).
52. “[...] para a subsérie Códices, nível 3,5, da coleção De Angelis, série Manuscritos” (p. 61).
53. “Unidades de Descrição Relacionadas – [...] Fundo/coleção: Museu Nacional (Brasil) [...]” (p. 74).
54. “Unidades de Descrição Relacionadas – [...] Fundo/coleção: Roquette-Pinto [...]” (p. 74).
55. “Unidades de Descrição Relacionadas – [...] Fundo/coleção: Comissão de Censura Cinematográfica – Correspondência – Correspondência expedida [...]” (p. 78).
56. “Unidades de Descrição Relacionadas – [...] Fundo/coleção: Comissão de Censura Cinematográfica – Correspondência [...]” (p. 78).
57. “Unidades de Descrição Relacionadas – Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Coleção Floriano Peixoto” (p. 84).
58. “Unidades de Descrição Relacionadas – [...] Fundo/coleção: Museu Nacional (Brasil) [...]” (p. 96).
59. “Unidades de Descrição Relacionadas – [...] Fundo/coleção: Museu Nacional (Brasil) [...]” (p. 100).
60. “História Arquivística – [...] condensado de manuscritos da Coleção Pedro de Angelis [...]” (p. 106).
61. “História Arquivística – [...] apesar da pequena discrepância entre o catálogo impresso e a coleção entregue por De Angelis, foi-lhe passado recibo de forma absoluta e definitiva da aquisição da coleção [...]” (p. 106–107).
62. “História Arquivística – [...] repetia a informação de que a coleção fora recebida, constando em sua totalidade de 4.076 obras, sem contar as 120 doadas como duplicatas ao IHGB [...]” (p. 107).
63. “História Arquivística – [...] desse modo, as falhas de livros e manuscritos, posteriormente encontradas na Coleção, são devidas às retiradas feitas pelo próprio De Angelis e aquelas para envio à Secretaria de Negócios Estrangeiros” (p. 107).
64. “Procedência – coleção comprada pela Biblioteca Nacional em 1853” (p. 107).

Quadro 7 – Ficha terminológica de extração do termo “coleção”

(conclusão)

6)		
65. “Sistema de Arranjo – a <u>coleção</u> encontra-se organizada em quatro séries tipológicas, Bibliográficos, Cartográficos, Iconográficos, Manuscritos, esta última dividida em duas subséries, avulsos e códices” (p. 107).		
66. “Unidades de Descrição Relacionadas – ver também as <u>Coleções</u> : América do Sul (1784-1832); Bolívia (1768-1810) [...]” (p. 108).		
67. “Notas Sobre a Publicação – BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Antecedentes do Tratado de Madri : jesuítas e bandeirantes no Paraguai (1703-1751) [...] (Manuscritos da <u>Coleção De Angelis</u> , 5)” (p. 108).		
68. “Âmbito e Conteúdo – [...] acervo arquivístico – arquivo institucional (geral, departamentos e projetos) e arquivos e coleções de cientistas” (p. 116).		
7) NOBRADE	8) 75 vezes	9) Não foram analisados alguns itens: Glossário (p. 14) e Índice (p. 119).

Fonte: (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004).

O termo **coleccionador**, encontrado 9 vezes na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, foi analisado em 7 casos diferentes. Justifica-se, pois, como forma de evitar repetições, visto que, a análise proposta é relacionada ao conteúdo presente no glossário e sua respectiva aplicação; o termo em si, também, não foi analisado no índice remissivo da obra.

Apesar do uso escasso, o significado do termo **coleccionador** corresponde totalmente à definição proposta pela NOBRADE.

O termo **coleccionador**, encontrado 9 vezes na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, foi analisado em 7 casos diferentes. Justifica-se, pois, como forma de evitar repetições, visto que, a análise proposta é relacionada ao conteúdo presente no glossário e sua respectiva aplicação; o termo em si, também, não foi analisado no índice remissivo da obra.

Apesar do uso escasso, o significado do termo **coleccionador** corresponde totalmente à definição proposta pela NOBRADE.

Quadro 8 – Ficha terminológica de extração do termo “coleccionador”		
1) Colecionador		
2) Subst. masc.	3) Arquivologia	4) PB
5) entidade coletiva, pessoa ou família responsável pela formação de uma coleção.		
6)		
1. “No nível de descrição 1 (fundo), o título deve representar o produtor. No caso de uma coleção, o título deve representar o <u>coleccionador</u> ou o tema da coleção” (p. 22).		
2. “Este elemento [História Arquivística] serve para o registro de informações que contextualizam tecnicamente um acervo. Assim, nos níveis de descrição 0 e 1, cabe informar a natureza de sua acumulação (fundo ou coleção), a história da gestão da unidade de descrição antes de sua entrada na entidade custodiadora, bem como tratamentos técnicos anteriores. Se coleção, forneça também o nome do <u>coleccionador</u> ” (p. 34).		
3. “No nível de descrição 1, identifique se o acervo descrito é um fundo ou uma coleção. Caso se trate de uma coleção, registre a forma normalizada do nome do <u>coleccionador</u> , de acordo com o prescrito pela ISAAR (CPF) [...]” (p. 35).		
4. “Caso o <u>coleccionador</u> seja uma família, registre seu nome seguido do atributo família entre parênteses” (p. 35).		
5. “Caso o <u>coleccionador</u> não seja identificado, registre esse fato” (p. 35).		
6. “ <u>Colecionador</u> – De Angelis, Pedro” (p. 37).		
7. “História Arquivística – Colecionador – De Angelis, Pedro” (p. 106).		
7) NOBRADE	8) 9 vezes	9) Não foram analisados alguns itens: Glossário (p. 14) e Índice (p. 119).

Fonte: (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004).

O termo **data-assunto**, encontrado 10 vezes na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, foi analisado em 8 casos diferentes. Justifica-se, pois, como forma de evitar repetições, visto que, a análise proposta é relacionada ao conteúdo presente no glossário e sua respectiva aplicação; o termo em si, também, não foi analisado no índice remissivo da obra. Ademais, apesar do termo **data-assunto** não ficar explícito em alguns casos, julga-se pertinente a análise dos mesmos, muito em parte devido a contextualização refletir o significado do termo.

A definição proposta pela NOBRADE ao termo **data-assunto** possui correspondência parcial, visto que, a **data-assunto** configura-se como uma **data crônica** (Itens 1, 4, 5, 6 e 7), porém, a definição preterida não reitera o fato.

Quadro 9 – Ficha terminológica de extração do termo “data-assunto”

(continua)

1 Data-Assunto		
2 Subst. fem.	3 Arquivologia	4 PB

Quadro 9 – Ficha terminológica de extração do termo “data-assunto”

(conclusão)

5) elemento de identificação cronológica do assunto de um documento, independentemente da sua data de produção.		
6)		
1. “[...] opcionalmente, registre outras datas crônicas pertinentes, como data(s) de acumulação ou <u>data(s)-assunto</u> [...]” (p. 23).		
2. “[...] datas de acumulação e <u>datas-assunto</u> podem ser também registradas, sendo devidamente qualificadas como tais [...]” (p. 23).		
3. “ <u>Data-Assunto</u> – [...] registre se pertinente, a <u>data-assunto</u> , explicitando a sua natureza” (p. 25).		
4. “[1823?] - [1968?] (<u>data-assunto</u>)” (p. 25).		
5. “Data(s) – [...] data(s) crônica(s) [...] 1779-1973 (<u>assunto</u>)*” (p. 94).		
6. “Data(s) – data(s) crônica(s) [...] 1779-1973 (<u>assunto</u>)*” (p. 97).		
7. “Data(s) – data(s) crônica(s) [...] 1823? -1968? (<u>assunto</u>)*” (p. 100).		
7 NOBRADE	8 10 vezes	9 Não foram analisados alguns itens: Glossário (p. 14) e Índice (p. 120).

* Neste contexto, o termo **assunto** corresponde ao termo **data-assunto**, portanto torna-se pertinente a análise de tais aparições.

Fonte: (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004).

O termo **data crônica**, encontrado 12 vezes na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, foi analisado em 10 casos diferentes. Justifica-se, pois, como forma de evitar repetições, visto que, a análise proposta é relacionada ao conteúdo presente no glossário e sua respectiva aplicação; o termo em si, também, não foi analisado no índice remissivo da obra.

O termo **data crônica**, além de elemento de identificação (conforme a definição proposta pela Norma), é um elemento de descrição obrigatório (Item 2). Ademais, é um elemento de descrição que possui subelementos não obrigatórios, sendo estes a **data-assunto**, **data de acumulação** (Item 1) e a **data de produção** (Itens 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10). A definição proposta, portanto, demonstrou-se insuficiente, não refletindo a realidade *in loco* do termo.

Quadro 10 – Ficha terminológica de extração do termo “data crônica”

(continua)

1) Data Crônica		
2) Subst. fem.	3) Arquivologia	4) PB
5) elemento de identificação cronológica que tem por referencial um calendário.		
6)		
1. “[...] opcionalmente, registre outras <u>datas crônicas</u> pertinentes, como data(s) de acumulação ou data(s)-assunto” (p. 23).		

Quadro 10 – Ficha terminológica de extração do termo “data crônica”

2. “[...] este elemento de descrição [Data (s)] é obrigatório no que tange à <u>data crônica</u> ” (p. 23).		
3. “ <u>Data crônica</u> – [...] informe obrigatoriamente o ano e, quando apropriado, dia e mês; [...] indique, entre colchetes, as datas atribuídas. Em caso de dúvida, acrescente um ponto de interrogação; [...] use algarismos arábicos [...]” (p. 24).		
4. “Data(s) – [...] <u>Data crônica</u> : 25/12/1893–13/8/1894 (produção)” (p. 91).		
5. “Data(s) – [...] <u>Data(s) crônica(s)</u> : 1898-1973 (produção); 1779-1973 (assunto)” (p. 94).		
6. “Data(s) – <u>Data(s) crônica(s)</u> : 1898-1973 (produção); 1779-1973 (assunto)” (p. 97).		
7. “Data(s) – <u>Data(s) crônica(s)</u> : 1898-1968 (produção)” (p. 98).		
8. “Data(s) – <u>Data(s) crônica(s)</u> : 1960? -1968? (produção); 1823? -1968? (assunto)” (p. 100).		
9. “Data(s) – [...] <u>Data(s) crônica(s)</u> : 28/8/1912 (produção)” (p. 102).		
10. “Data(s) – [...] <u>Data(s) crônica(s)</u> : 1789 (produção)” (p. 113).		
7 NOBRADE	8 12 vezes	9 Não foram analisados alguns itens: Glossário (p. 14) e Índice (p. 120).

Fonte: (BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004).

O termo **data de acumulação**, encontrado 6 vezes na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, foi analisado em 4 casos diferentes. Justifica-se, pois, como forma de evitar repetições, visto que, a análise proposta é relacionada ao conteúdo presente no glossário e sua respectiva aplicação; o termo em si, também, não foi analisado no índice remissivo da obra. Entretanto, devido à ausência do termo e aplicações do mesmo à Norma, não foi possível realizar uma análise com resultados satisfatórios. Em compensação, em todos os casos analisados, o termo **data de acumulação** corresponde à definição proposta pela NOBRADE.

Quadro 11 – Ficha terminológica de extração do termo “data de acumulação”

1 Data de Acumulação		
2 Subst. fem.	3 Arquivologia	4 PB
5 elemento de identificação cronológica que leva em consideração variantes da história de formação do acervo como herança de fundos, sucessão arquivística e aquisições por compra ou doação.		
6		
1. “[...] opcionalmente, registre outras datas crônicas pertinentes, como <u>data(s) de acumulação</u> ou data(s)-assunto” (p. 23).		
2. “ <u>Datas de acumulação</u> e datas-assunto podem ser também registradas, sendo devidamente qualificadas como tais” (p. 23).		
3. “ <u>Data de acumulação</u> – [...] registre, se pertinente, a <u>data de acumulação</u> , explicitando a sua natureza” (p. 25).		
7 NOBRADE	8 6 vezes	9 Não foram analisados alguns itens: Glossário (p. 14) e Índice (p. 120).

Fonte: (BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004).

O termo **data de produção**, encontrado 32 vezes na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, foi analisado em 30 casos diferentes. Justifica-se, pois, como forma de evitar repetições, visto que, a análise proposta é relacionada ao conteúdo presente no glossário e sua respectiva aplicação; o termo em si, também, não foi analisado no índice remissivo da obra. Ademais, apesar do termo **data de produção** não ficar explícito em alguns casos, julga-se pertinente a análise dos mesmos, muito em parte devido a contextualização refletir o significado do termo.

A definição apresentada pela NOBRADE ao termo **data de produção** apresenta uma equivalência parcial, visto que a **data de produção** é um elemento do termo **data crônica**, conforme os Itens 20, 21, 22 e 23.

Quadro 12 – Ficha terminológica de extração do termo “data de produção”

(continua)

1 Data de Produção		
2 Subst. fem.	3 Arquivologia	4 PB
5 elemento de identificação cronológica pelo qual se indica a data em que o documento foi produzido.		
6		
<ol style="list-style-type: none"> 1. “Data-Assunto – elemento de identificação cronológica do assunto de um documento, independentemente da sua <u>data de produção</u>” (p. 14). 2. “[...] forneça obrigatoriamente a(s) <u>data(s) de produção</u> da unidade de descrição” (p. 23). 3. “[...] caso seja relevante, registre também a(s) <u>data(s) tópica(s) de produção</u> da unidade de descrição” (p. 23). 4. “Em âmbito nacional, a obrigatoriedade recai sobre a(s) <u>data(s) de produção</u>” (p. 23). 5. “Opcionalmente, quando considerado relevante, pode-se informar a(s) <u>data(s) tópica(s) de produção</u> da unidade de descrição” (p. 23). 6. “<u>Data de Produção</u> – [...] identifique e registre em todos os níveis a <u>data de produção</u> da unidade que está sendo descrita, mesmo que aproximada; [...] atribua <u>datas de produção</u> às unidades sem datas explícitas” (p. 25). 7. “1950-1975 (<u>data de produção</u>)” (p. 25). 8. “8/2/1890-18/4/1890 (<u>data de produção</u>)” (p. 25). 9. “[1960?] - [1968?] (<u>data de produção</u>)” (p. 25). 10. “26/4/1932 (<u>data de produção</u>)” (p. 26). 11. “Data(s) – 1931-1935 (<u>produção</u>)*” (p. 72). 12. “Data(s) – 1/9/1931-28/8/1935 (<u>produção</u>)*” (p. 75). 13. “Data(s) – 1/9/1931-28/8/1935 (<u>produção</u>)*” (p. 76). 14. “Data(s) – 26/4/1932-28/4/1932 (<u>produção</u>)*” (p. 78). 15. “Data(s) – [...] 26/4/1932 (<u>produção</u>)*” (p. 80). 16. “Data(s) – 1887-1895 (<u>produção</u>)*” (p. 82). 17. “Data(s) – 1887-1895 (<u>produção</u>)*” (p. 85). 		

Quadro 12 – Ficha terminológica de extração do termo “data de produção”

18. “Data(s) – 1887-1895 (produção)*” (p. 87).		
19. “Data(s) – 1888-1894 (produção)*” (p. 89).		
20. “Data(s) – [...] data crônica: 25/12/1893-13/8/1894 (produção)*” (p. 91).		
21. “Data(s) – [...] data(s) crônica(s): 1898-1973 (produção)*; 1779-1973 (assunto)” (p. 94).		
22. “Data(s) – data(s) crônica(s): 1898-1973 (produção)*; 1779-1973 (assunto)” (p. 97).		
23. “Data(s) – data(s) crônica(s): 1898-1968 (produção)*” (p. 98).		
24. “Data(s) – data(s) crônica(s): 1960? -1968? (produção)*; [...]” (p. 100).		
25. “Data(s) – [...] data(s) crônica(s): 28/8/1912 (produção)*” (p. 102).		
26. “Data(s) – 1537-1849 (produção)*” (p. 106).		
27. “Data(s) – 1537-1844 (produção)*” (p. 109).		
28. “Data(s) – 1612-1838 (produção)*” (p. 111).		
29. “Data(s) – [...] data(s) crônica(s): 1789 (produção)*” (p. 113).		
30. “Data(s) – [385 milhões de anos?] – 2006 (produção)*” (p. 115).		
7 NOBRADE	8 32 vezes	9 Não foram analisados alguns itens: Glossário (p. 14) e Índice (p. 120).

* Neste contexto, o termo **produção** corresponde ao termo **data de produção**, portanto torna-se pertinente a análise de tais aparições.

Fonte: (BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo primordial neste trabalho foi o de estabelecer um estudo comparativo entre as definições e as aplicações dos termos utilizados na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, a fim de mapear possíveis dissonâncias. Usou-se, para isso, os pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria Comunicativa da Terminologia. Desse modo, dedicamo-nos às possibilidades de variação terminológica dentro do campo da descrição arquivística.

A seleção amostral à análise foi de encontro aos termos glosados, uma tentativa sutil de demonstrar as diferenças que os trabalhos terminológicos prescritivo e descritivo abrangem: enquanto o primeiro se preocupa com a unicidade dos termos, o último se preocupa com as representações do termo *in loco*. Ao contemplar a inoperabilidade das descrições encontradas, visto que, a terminologia arquivística é extremamente vinculada ao propósito normalizador dos termos, ratifica-se os pressupostos estabelecidos pela TCT de inexistência da almejada monorreferencialidade dos termos técnico-científicos.

A análise terminológica, seguindo os parâmetros estabelecidos pela TCT, entretanto, não é tarefa simples. Por considerar a inexistência de termos ou palavras *a priori*, a Teoria Comunicativa da Terminologia pressupõe a compreensão do contexto em que o termo se insere. Decorreu-se, então, uma revisão bibliográfica dos conhecimentos adquiridos durante a graduação em Arquivologia, como forma de contextualização dos conceitos inerentes à descrição arquivística. Em última etapa à análise dos aspectos conceituais e semânticos dos termos, foi realizada a leitura à exaustão da Norma Brasileira de Terminologia Arquivística. Entretanto, percebeu-se a insuficiência de tais ferramentas, muito em parte devido à natureza multicultural dos documentos de arquivo. Estes, ao representarem de forma orgânica e natural as atividades econômico-culturais de uma sociedade, carregam um grau de especificidade extremamente subjetivo, variando conforme o espaço/tempo inserido.

Quando, ao iniciar a análise comparativa, transcendeu-se a aplicação das fichas, notou-se a dissonância entre a utilização dos termos e suas respectivas aplicações, sendo estas relatadas. O tema da variação terminológica é extremamente relevante para não se considerar em trabalhos terminológicos descritivos. A reflexão proposta girou em torno da variação na terminologia da descrição arquivística, esta podendo provocar interferência na comunicação entre falantes de português do domínio de especialidade.

Assim, o Trabalho de Conclusão de Curso aqui apresentado cumpre com seus objetivos, tecendo caminhos às problemáticas concernentes à terminologia arquivística, desenvolvendo

reflexões e propostas aos problemas comunicacionais da área que poderão, em algum momento, dar margem a novos questionamentos e reflexões, originando novas pesquisas. Uma grande contribuição, tanto à Terminologia quanto à Arquivologia seria o desenvolvimento de pesquisas com estudantes dos cursos de Letras e Arquivologia, ocasionando uma integração interdisciplinar. Tais pesquisas resultariam na divulgação das áreas, oferecendo soluções aos problemas latentes encontrados em âmbito comunicacional arquivístico, seja pela internacionalização das ciências e a necessidade de tradução especializada seja pelo uso de ferramentas em meio eletrônico para a recuperação da informação.

Outra grande contribuição ao cenário arquivístico seria a adoção de ferramentas descritivas ao invés de prescritivas no que se refere à terminologia; para tanto, a revisão dos dicionários e glossários disponíveis seria de grande importância. Ademais, cabe uma ênfase à adoção dos princípios preconizados pela TCT, visto que há uma necessidade latente de reconhecimento da pluralidade denominativa dos termos arquivísticos.

Segundo Aristóteles, o homem é um animal político. Por que a linguagem, representação em signos de uma sociedade, estruturação cognitiva do cérebro humano, não seria transformada em um meio de dominação? Nesse sentido, desconsiderar o uso dos termos técnico-científicos como uma ferramenta de dominação é, ao mesmo tempo, refutar a própria cientificidade do campo. A dominação é intrínseca ao ser humano. As manifestações, de todos os gêneros, são políticas.

Por fim, percebe-se que tudo se conecta: homem, natureza, pensamento, sociedade. E a linguagem é o fio condutor desta interlocução. A Arquivologia, nesse cenário, é a ciência que tem por finalidade a salvaguarda de todas essas interlocuções.

REFERÊNCIAS

ALPÍZAR-CASTILLO, Rodolfo. **¿Cómo Hacer un Diccionario Científico Técnico?**. Argentina/Buenos Aires: editorial Memphis, 1997.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de Metodologia Científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466153>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

_____. **Metodologia da Ciência**: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. rev. e atualiz. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114719>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS – AAB. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. São Paulo: Centro Nacional de Desenvolvimento do Gerenciamento da Informação – CENADEM, 1990.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos**. 4. ed. rev. e atualiz. Colaboração de Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. [recurso digital].

BALMANT, Fabricio Vieira. **Terminologia Arquivística Brasileira**: estudo exploratório de publicações e termos. 2016. 252 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

BARROS, Lidia Almeida. **Curso Básico de Terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2004. (Acadêmica; 54).

_____. Apresentação. In:____ (Coord.). **Dicionário de Dermatologia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. [s.p.]. Disponível em: <<http://sobende.org.br/pdf/Dicionariodermatologia.pdf>>. Acesso em: 18. nov. 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2006.

_____. Arquivo e Sociedade: políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. In: _____. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. cap. 1, 132–143 p.

BENVENISTE, Émile. Gênese do Termo “*scientifique*”. In____. **Problemas de Linguística Geral II**. Tradução por Eduardo Guimarães *et al.* Revisão técnica da tradução por Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989. cap. 17, 252–258 p.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. 2. ed. Tradução por Manoel Adolpho Wanderley. Preparado pela Associação dos Arquivistas Holandeses. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

____. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Publicações Técnicas; n. 51. 231 p. Disponível em: <http://www.arquivo.nacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arqui_v.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

____. Institucional. **Histórico**. Rio de Janeiro, 2018a. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/institucional/historico.html>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

____. Institucional. **Diretores do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, 2018b. Disponível em: <<http://arquivonacional.gov.br/br/institucional/direcao-do-arquivo-nacional.html>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2018.

____. **Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística – CTNDA**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.conarq.gov.br/ctnda.html>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jan. 1991, p. 455. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm> . Acesso em: 05 dez. 2018.

____. Portaria n. 56, de 10 de setembro de 2001. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 set. 2001, seção 1, p. 3. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctnda/portaria_n_56.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2018.

CABRÉ CASTELLVÍ, Maria Teresa. La Terminología Hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, 1–15 p., dez. 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/567>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

____. **Terminology**: theory, methods, and applications. Tradução Janet Ann DeCesaris. Holanda/Amsterdã: John Benjamins Pub. Co., 1999. Tradução de: La Terminologia: la teoria, els mètodes, les aplicacions. Espanha/Barcelona: Editorial Empúries, 1992.

____. Theories of Terminology: their description, prescription and explanation. **Terminology**: International Journal of Theoretical and Applied Issues in Specialized Communication, Holanda/Amsterdã, v. 9, n. 2, p. 163–199, jan. 2003. Disponível em: <<https://pdfs.semantic scholar.org/5975/8f8288753fcf68d795a8e7032f4c4e5f76dc.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G)**: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. Adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19–22 set. 1999, versão final aprovada pelo CIA. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. [Publicações Técnicas: n. 49]. Disponível em: <http://conarq.arquivo.nacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. **ISAAR (CPF)**: Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias. Adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Canberra, Austrália, 27–30 out. 2003, versão final aprovada pelo CIA. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p. [Publicações Técnicas: n. 50]. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/virtuemart/product/isaar_cpf.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

COSTA, Célia Maria Leite. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, dez. 2000, 217–231 p. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2123>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012). **Fuentes**: Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional, Bolívia, La Paz, v. 6, n. 21, ago. 2012, 44–56 p. Disponível em: <http://www.revistasbolivianas.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1997-4485201200400005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 18 nov. 2018.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DELMAS, Bruno. Arquivos Servem Para Quê?. In: _____. **Arquivos Para Quê?:** textos escolhidos. Tradução por Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso – iFHC, 2010. cap. 1, 17–53 p.

DUBUC, Robert. **Manuel pratique de Terminologie**. Montréal: Linguatex; Paris: Conseil International de La Langue Française, 1978.

DUCHEIN, Michel. O Respeito aos Fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**: Publicação Oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, Rio de Janeiro, v. 10–14, n. 1, abr. 1982/ago. 1986, 14–33 p.

FAGE, John Donnelly. A Evolução da Historiografia da África. In: KI-ZERBO, J. (ed.). **História Geral da África I**: metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, 2010. cap. 1, 1–22 p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000318.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

FELBER, Helmut. **Manuel de Terminologie**. Paris: Centre International d’Information pour la Terminologie (INFOTERM), Programme general d’information et UNISIST, Organisation des Nations Unies pour l’éducation, la science et la culture (UNESCO), [1984], 1987. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000620/062033FB.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Júnior**: dicionário escolar da língua portuguesa. Coordenação por Marina Baird Ferreira e Margarida dos Anjos. 1. ed. Curitiba: Positivo, 2005.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação: (re) definição de marcos interdisciplinares**. 2004. 181 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2004.

_____. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2005.

FUENTES MORÁN, María Teresa. **Gramática em La Lexicografía Bilingue**: morfología y sintaxes in diccionarios español-alemán desde el punto de vista del germano hablante. Tübingen: Niemeyer, 1997. (Lexicographica: Series maior; 81). Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Gram%C3%A1tica_en_la_lexicograf%C3%ADa_biling%C3%BCe.html?id=R6qdCgAAQBAJ&redir_esc=y>. Acesso em: 28 nov. 2018.

HARARI, Yuval N. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2017.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Terminology work – vocabulary: 1087–1, Part. 1: theory and application = Travaux terminologiques – vocabulaire: 1087–1, Partie 1: théorie et application**. 1. ed. Genève: International Organization for Standardization, 2000.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à Terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Ciência e Conhecimento Científico**. In: _____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. cap. 3, 75–82 p.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os Espaços e os Diálogos na Formação e Configuração da Arquivística como Disciplina no Brasil**. 2007. 298 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2979/1/2007_AngelicaAlvesdaCunhaMarques.PDF>. Acesso em: 29 nov. 2018.

_____. **Interloquções entre a Arquivologia Nacional e a Internacional no Delineamento da Disciplina no Brasil**. 2011. 339 p. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8730/1/2011_Angelica%20Alves%20da%20Cunha%20Marques.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.

_____. **A Arquivologia Brasileira**: busca por autonomia científica no campo da informação e interloquções internacionais. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, 2013.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. Barão de. Das Leis em Geral. In: _____. **O Espírito das Leis**. 1. ed. 2. tirag. Apresentação por Renato Janine Ribeiro. Tradução por Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Coleção Paideia). Primeira Parte, Livro Primeiro, p. 11–17.

NAGEL, Rolf. **Dicionário de Termos Arquivísticos**: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Escola de Biblioteconomia e Documentação; Alemanha/Bonn: Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional, 1989.

OCIDENTALIZAÇÃO. In: DICIO, Dicionário *Online* de Português. Portugal/Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/ocidentalizacao/>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

OLIVEIRA, Ana Amélia Furtado de. **Estudo da Terminologia de Atas de Assembleias Brasileiras e Francesas e Proposta de Glossário Adequado a esse Conjunto Terminológico**. 2015. 168 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, SP, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/138483>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REIS, Luís. O Arquivo e a Arquivística Evolução Histórica. **Biblios**: Revista Electrónica de Bibliotecología, Archivología y Museología, Perú, Lima, v. 7, n. 24, 1–12 p., abr./jun., 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/161/16172402/>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

REY, Alain. Origins and Development of Terminology. In: _____. **Essays on Terminology**. Traduzido e editado por Juan C. Sager. Introdução por Bruno de Bessé. Holanda/Amsterdã: John Benjamins Pub. Co., 1995. (Coleção *Benjamins Translation Library*, v. 9). cap. 1, p. 11–23.

RONDEAU, Guy. **Introduction à la Terminologie**. 2. ed. Canadá/Québec: Gaëtan Marin, 1984.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Tradução por Magda Bigotte de Figueiredo. Portugal/Lisboa: Publicações Dom Queixote, 1998.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A Institucionalização da Arquivologia no Brasil e a Reforma Administrativa no Primeiro Governo Vargas (1935–1945). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 121–146, ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882018000200121&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **A Teoria Arquivística a Partir de 1898**: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos. 2011. 279 p. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10323/3/2011_VanderleiBatistaSantos.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

____. A Prática Arquivística em Tempos de Gestão do Conhecimento. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivística** – Temas Contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 3. ed. Distrito Federal: SENAC, 2013. cap. 3, 175–220 p.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Tradução Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a Construção do seu Objeto Científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. 320 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, SP, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SILVA, Armando Malheiro da. *et al.* Para uma Epistemologia da Arquivística: perspectiva diacrônica. In: _____. **Arquivística** – Teoria e Prática de uma Ciência da Informação: volume 1. Portugal/Porto: Edições Afrontamento, 1998. (Biblioteca das Ciências do Homem; Plural; 2). cap. 2, 45–201 p.

SILVA, Odair Luiz da. **Das Ciências do Léxico ao Léxico nas Ciências: uma proposta de dicionário português-espanhol de Economia Monetária**. 2008. 334 p. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, SP, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103591/silva_ol_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 nov. 2018.

SILVA, Nandra Ribeiro; SILVA, Marília de Nazaré Ferreira. Saussure e Chomsky: confrontos e encontros. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA – SBPC, 63., 2011, Goiânia/GO. **Resumos...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, SBPC, 2011. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/resumos/resumos/5753.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

TAZAWA, Ko. **Proposta per a un Diccionari Japonès-Català per a Catalanoparlants**. 1998. 661 p. Tese (Doutorado) – Universitat de Barcelona, Departament de Filologia Catalana i Linguística General, Barcelona, Espanha, 1998.

THURLOW, K. J (ed.). IUPAC Nomenclature part. 1, organic. In: _____. **Chemical Nomenclature**. Grã-Bretanha: Kluwer Academic Publ., 1998. cap. 4, 103–126 p.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A Diplomática Contemporânea como Base Metodológica para a Organização do Conhecimento Arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. In: CONGRESO ISKO – ESPAÑA: NUEVAS PERSPECTIVAS PARA LA DIFUSIÓN Y ORGANIZACIÓN DEL CONOCIMIENTO, 9., 2009, v. 1, Valencia, Espanha. **Anais...** Valencia/ES: Universidad Politécnica da Valencia, Servicio de Publicaciones, 2009. 23–35 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução n. 009/2012**. Dispõe sobre a normatização, organização e funcionamento do Sistema de Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2012. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/dag/images/Publicacoes/Informativo_Sistema_Arquivos_UFSM.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.



____. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Curso de Especialização a Distância em Gestão em Arquivos. Descrição Arquivística: apostila didática. Santa Maria, RS, [s.d.]. páginas?.





____. **MUSEU GAMA D'EÇA**. Santa Maria: 2018. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/museu-gama-deca/>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

WÜSTER, Eugen. **Introducción a la Teoría General da la Terminología y a la Lexicografía Terminológica**. Tradução por Anne-Cécili Nokerman. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998. Tradução de: Einführung in die Allgemeine Terminologielehre und Terminologische Lexikographie. Viena/Nova York: Springer, 1979.

ANEXO A – CORRESPONDÊNCIA ELETRÔNICA RECEBIDA DO ARQUIVISTA NORTE-AMERICANO RICHARD PEARCE-MOSES

Re: Metodology in Terminology

 Richard Pearce-Moses <RichardPearce-Moses@clayton.edu>
Qua 31/10/2018, 14:14
Você 

Thanks for your question. Among other things, you've introduced me to the communicative theory of terminology, a concept I'm not familiar with. I did a bit of quick research on the Web, and I have more to read and learn.

Some thoughts that I hope will be useful.

First, the InterPARES project has two distinct terminologies. The InterPARES 2 Glossary was developed during the first several phases of the project. I had only a tangential relationship to it, so I can't speak for it. I led efforts on the InterPARES Trust Terminology Project, which should be seen as an extension of the IP2 Glossary.

The ITrust Terminology may be a bit of a misnomer. A better name might be glossary or dictionary. The ITrust Terminology project is not a formal terminology in the sense that Wüster established. One goal is to eliminate ambiguity, but the approach is to document multiple sense of a term rather than establish an authoritative definition. There was no effort to convince users of the value a standardized vocabulary. The ITrust Terminology is not prescriptive, establishing a "correct" definition.

The methodology used followed descriptive lexicography, developing definitions that reflect how a word or phrase is used. The notes are intended to help explain some of the discrepancies in use. Often the different uses arise from a community of use. "Record" means one thing to an archivist and another thing to a database developer. Even within the community of archivists (at least in the United States), "record" often carried many different connotations among professionals.

When researching an entry (term or phrase), I looked for examples of use in the literature. I specifically looked for citations that pointed towards a consensus of meaning, but I wasn't afraid to include citations that clearly demonstrated that there was a lack of consensus.

You might look at the definition of "cloud" as an example (<https://interparestrust.org/terminology/term/cloud>).

ANEXO B – GLOSSÁRIO DA NOBRADE

Acervo – totalidade de documentos de uma entidade custodiadora.

Arquivo – conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza dos suportes.

Autor – designação genérica para quem cria um documento.

Código de Referência – código elaborado de acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G), destinado a identificar qualquer unidade de descrição.

Coleção – conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente.

Colecionador – entidade coletiva, pessoa ou família responsável pela formação de uma coleção.

Data-Assunto – elemento de identificação cronológica do assunto de um documento, independentemente da sua data de produção.

Data Crônica – elemento de identificação cronológica que tem por referencial um calendário.

Data de Acumulação – elemento de identificação cronológica que leva em consideração variantes da história de formação do acervo como herança de fundos, sucessão arquivística e aquisições por compra ou doação.

Data de Produção – elemento de identificação cronológica pelo qual se indica a data em que o documento foi produzido.

Data-Limite – elemento de identificação cronológica, em que são indicadas as datas do início e do término do período abrangido por uma unidade de descrição.

Data Tópica – elemento de identificação do local de produção de um documento.

Dossiê – unidade de arquivamento constituída de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto). **Ver também Processo.**

Elemento de Descrição – cada uma das categorias de informação que compõem a descrição normalizada de documentos.

Entidade Coletiva – grupo de pessoas que age de maneira organizada e é identificado por um nome específico, variando no seu grau e forma de organização, como instituições e movimentos sociais, políticos, econômicos, científicos, culturais, militares e religiosos, bem como feiras, seminários, congressos, expedições, naves, aeronaves e embarcações.

Entidade Custodiadora – entidade responsável pela custódia e acesso a um acervo.

Entidade Produtora ver Produtor.

Espécie Documental – divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por suas características comuns de estruturação da informação. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório.

Fundo – conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a **Arquivo**.

Gênero Documental – reunião de espécies documentais que se assemelham por suas características essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documento audiovisual, documento bibliográfico, documento cartográfico, documento cinematográfico, documento iconográfico, documento eletrônico, documento micrográfico, documento textual.

Indexação Pós-Coordenada – indexação por termos que devem ser combinados no momento da busca para filtragem da informação desejada, em geral chamados descritores.

Indexação Pré-Coordenada – indexação por termos combinados previamente, em geral identificados como cabeçalhos de assunto.

Indicação de Responsabilidade – nome das partes envolvidas no documento no que diz respeito à sua origem e destino, como, por exemplo, autor, destinatário, adotante, agravante, agravado, apelante, apelado, cedente, cessionário, emissor.

Item Documental – documento que compõe dossiê ou processo.

Nível de Arranjo – posição dos documentos em uma estrutura hierarquizada de organização de um acervo.

Nível de Descrição – posição da unidade de descrição em uma estrutura hierarquizada de organização de um acervo.

Notação – código de identificação das unidades de arquivamento. **Ver também Código de Referência.**

Ponto de Acesso – elemento de informação, termo ou código que, presente em unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de documentos.

Processo – unidade de arquivamento constituída de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial.

Produtor – entidade coletiva, pessoa ou família identificada como geradora de arquivo; também chamada de **Entidade Produtora**.

Seção – subdivisão da estrutura hierarquizada de organização que corresponde a uma primeira fração lógica do fundo ou coleção, em geral reunindo documentos produzidos e acumulados por unidade(s) administrativa(s) com competências específicas, também chamada **Grupo** ou **Subfundo**.

Série – subdivisão da estrutura hierarquizada de organização de um fundo ou coleção que corresponde a uma seqüência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto.

Subseção – subdivisão da seção.

Subsérie – subdivisão da série.

Suporte – material no qual são registradas as informações.

Tesouro – vocabulário controlado que reúne termos derivados da linguagem natural, normalizados e preferenciais, agrupados por afinidade semântica, com indicação das relações de equivalência, hierárquicas, partitivas, de negação e funcionais estabelecidas entre eles.

Tipo Documental – divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro, tais como cartas precatórias, cartas-régias, cartas-patentes, decretos sem número, decretos-leis, decretos legislativos, daguerreótipos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras.

Título Formal – título que aparece explicitamente na unidade arquivística que está sendo descrita.

Título Atribuído – título dado pelo arquivista para uma unidade de descrição.

Unidade de Arquivamento – documento(s) tomados por base para fins de classificação, arranjo, armazenamento e notação.

Unidade de Descrição – documento ou conjunto de documentos, sob qualquer forma física, tratados como uma unidade, e que, como tal, serve de base a uma descrição particularizada.